

ATA DA CENTÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 27-10-2021.

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Camila Nunes, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cassiá Carpes, Claudio Janta, Coletivo Cuca Congo, Comandante Nádia, Erick Dênil, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher e Moisés Barboza. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 036/21 (Processo nº 0861/21), de autoria de Mauro Zacher; o Projeto de Lei do Legislativo nº 302/21 (Processo nº 0735/21), de autoria de Felipe Camozzato. Também, foram apregoados os seguintes ofícios do Prefeito: nº 2709/21, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Executivo nº 015/21 (Processo nº 0692/21); nº 2710/21, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 043/21 (Processo nº 1085/21). A seguir, em face de licença para tratar de interesses particulares de Daiana Santos do dia vinte e sete ao dia vinte e nove de outubro do corrente, o Presidente declarou empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Erick Dênil, informando-o que integraria a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Daiana Santos, informando o impedimento dos suplentes Giovani e Coletivo, Dilce Abgail Rodrigues Pereira e Luciane Pereira da Silva em assumirem a vereança do dia vinte e sete ao dia vinte e nove de outubro do corrente. Em continuidade, Erick Dênil pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Após, foi aprovado requerimento de autoria de Bruna Rodrigues, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia vinte e sete ao dia vinte e nove de outubro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Coletivo Cuca Congo, informando-a que integraria a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Bruna Rodrigues, informando que a suplente Coletivo Cuca Congo não estava mais impedida de assumir a vereança do dia vinte e sete ao dia vinte e nove de outubro do corrente. Em prosseguimento, Coletivo Cuca Congo pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. A seguir, foi aprovado requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando licença para tratar de

interesses particulares do dia três ao dia cinco de novembro do corrente. Também, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 038/21, discutido por Jonas Reis, Aldacir Oliboni, Erick Dênil, Coletivo Cuca Congo e Claudio Janta. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 320 e 344/21 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 025, 028, 030, 039 e 037/21, este discutido por Jonas Reis; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 203, 385, 397, 427 e 394/21, este discutido por Claudio Janta, o Projeto de Lei do Executivo nº 040/21 e os Projetos de Resolução nºs 002, 050 e 046/21, este discutido por Laura Sito e Erick Dênil. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Fernanda Barth, Comandante Nádia, Mauro Pinheiro, Claudio Janta e Airto Ferronato. Às dezesseis horas e vinte e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoado requerimento de autoria de Mauro Zacher, deferido pelo Presidente, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 013/19 e dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 220 e 254/17 (Processos nºs 0243/19, 1900 e 2316/17, respectivamente). Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 127/20 (Processo nº 0314/20), e foi aprovado requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/21 (Processo nº 0789/21), após ser discutido por Pedro Ruas, Idenir Cecchim, Mauro Pinheiro, Fernanda Barth, Ramiro Rosário, Pablo Melo, Coletivo Cuca Congo, Mônica Leal, Cassiá Carpes, Laura Sito, Comandante Nádia, Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Leonel Radde, Matheus Gomes, Jonas Reis e Alexandre Bobadra e encaminhado à votação por Idenir Cecchim, Moisés Barboza, Felipe Camozzato, Pablo Melo, Pedro Ruas, Claudio Janta, Matheus Gomes e Cassiá Carpes. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/21. Também, foi apregoada a Emenda nº 04, assinada por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/21, foi apregoado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda, e, posteriormente, foi apregoado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação dessa emenda. Foi aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/21, por VINTE E QUATRO VOTOS SIM e SEIS VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Camila Nunes, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Coletivo Cuca Congo, Erick Dênil, Karen Santos, Laura Sito, Matheus Gomes e Pedro Ruas. Foi aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº

017/21, por VINTE E CINCO VOTOS SIM e SEIS VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Camila Nunes, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina e votado não Coletivo Cuca Congo, Erick Dênil, Karen Santos, Laura Sito, Matheus Gomes e Pedro Ruas. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/21, por VINTE E CINCO VOTOS SIM e SEIS VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Camila Nunes, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina e votado não Coletivo Cuca Congo, Erick Dênil, Karen Santos, Laura Sito, Matheus Gomes e Pedro Ruas. Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Márcio Bins Ely, Idenir Cecchim e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e dois Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Havendo quórum, solicito que o diretor proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares da Ver.^a Daiana Santos, no período de 27 a 29 de outubro, e em razão da impossibilidade de os suplentes Giovani e Coletivo, Dilce Adgail Rodrigues Pereira e Luciane Pereira da Silva assumirem a vereança, o suplente Erick Dênil assumirá a vereança. Informo que o suplente Erick Dênil já procedeu à entrega de seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

Solicito aos presentes ue, quem pé, ouçam o compromisso que o suplente Erick Dênil prestará a seguir.

SUPLENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

Agradeço à Ver.^a Daiana Santos que me concedeu esta oportunidade, gostaria de agradecer a toda Casa, cumprimento a todos os vereadores e vereadoras. Meu muito obrigado ao povo de Porto Alegre. Obrigado. Viva a democracia!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro empossado o Ver. Erick Dênil. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Erick Dênil, V. Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE.

O Ver. Erick Dênil está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Boa tarde a todos e todas que se encontram presentes na Casa do Povo, na Câmara de Vereadores; eu sou Erick Dênil, estou assumindo hoje como vereador de Porto Alegre. A mandata da Ver.^a Daiana Santos me concedeu esta oportunidade. Quero cumprimentar o PCdoB, o partido do qual faço parte e sou filiado; quero cumprimentar a todos os vereadores e vereadoras que aqui estão presentes neste momento muito importante; quero cumprimentar, também, a nossa candidata do passado, a Manuela D'Ávila, representação máxima do nosso partido, que colocou um projeto claro e soberano para a cidade de Porto Alegre; familiares presentes, amigos, pessoas queridas que tenho dentro do coração. Gostaria de cumprimentar, também, a comunidade do Parque dos Maias, do Rubem Berta, no Extremo-Norte de Porto Alegre, onde eu tive a oportunidade de ser o vereador mais votado e que me deram essa oportunidade de estar aqui na Câmara defendendo os direitos do povo.

Deixo aqui a minha solidariedade, também, à bancada negra que sofreu, na semana passada, ataques racistas nesta Casa. Quero deixar claro o meu apoio à bancada antirracista, antifascista, porque é superimportante que isso não aconteça mais nesta Casa, para que nós, vereadores, possamos cobrar das autoridades punição para quem cometeu esses crimes. Minha solidariedade aos vereadores e vereadoras nessa luta em combate ao preconceito. (Palmas.)

Vivemos o pior momento da história do nosso País; temos 15 milhões de brasileiros que se encontram no desemprego, sem nenhum tipo de renda; milhões estão fazendo bicos para sobreviver, muitos, inclusive, já desistiram de procurar emprego, porque procuram emprego e nunca acham. Essa é a realidade do nosso povo. O nosso povo vive uma insegurança, e precisamos urgente garantir o emprego para a nossa gente.

Vinte milhões de pessoas, todos os dias, passam fome em nosso País. Isso é inadmissível, pois somos o País que produz três vezes mais alimentos do que precisamos. Num País do tamanho do Brasil, com a riqueza que tem, é inadmissível que pessoas passem fome. A fome dói, a fome mata; com fome, ninguém estuda; com fome, ninguém trabalha; com fome, ninguém tem emprego. É por isso que o emprego é um direito, é dignidade de cada um e cada uma. Precisamos garantir alimentação para todos

e todas. Cento e oito milhões de pessoas, em nosso País, mais da metade da população, convivem, diariamente, com a insegurança alimentar, não se alimentam direito.

Neste momento de ataques à nossa democracia, a intolerância, o preconceito, o ódio e a corrupção, causados pelo governo Bolsonaro; infelizmente, devido à negação à ciência, mais de seiscentas mil pessoas perderam a vida para a Covid-19. O meu forte abraço e a minha solidariedade a todas e todos que perderam pessoas vitimadas pela covid. O luto, infelizmente, invadiu os lares brasileiros, o luto, infelizmente, é a marca deste governo, e deixo a minha solidariedade a todos e a todas que perderam os seus entes queridos. Que a gente possa, a partir de agora, defender, cada vez mais, a vida e não aceitar essa negação à ciência; tenham solidariedade.

Enquanto a crise existe para o povo, os bancos e os megaempresários nunca lucraram tanto em nosso País. Essa é a maior prova de que a crise só existe para o trabalhador, para o povo pobre, para os mais humildes que, na sua grande maioria, se encontram na periferia da nossa cidade.

No momento em que temos 15 milhões de desempregados, em que o governo Bolsonaro deveria estender o auxílio emergencial, ele fez o contrário, paralisou o auxílio emergencial, jogando miséria e fome para o nosso povo.

O dinheiro público deve ser usado para investimentos públicos na saúde, segurança e educação, e não para emprestar dinheiro público, como é o caso do governo brasileiro, que emprestou milhões de reais para o dono da Havan construir lojas no Brasil inteiro e que diz que não tem dinheiro para combater a fome em nosso País. Isso é lamentável, é vergonhoso. O nosso povo, gente, está pagando mais de R\$ 100,00 no gás de cozinha, isso não dá para aceitar, o gás nunca foi tão caro em nosso País. Olha o preço da gasolina, olha o preço da carne, do óleo de soja, um absurdo! No governo Bolsonaro, está tudo caro! É um governo que não representa os mais humildes, o nosso povo brasileiro. O cenário é devastador, irá piorar se for aprovada a PEC 32 que retira direitos fundamentais dos servidores públicos de todo o nosso País. Aqui em Porto Alegre, Melo não promoveu iniciativas para combater a fome, não promoveu absolutamente nada na nossa cidade. Enquanto isso, nós, dos movimentos sociais, organizamos o Comitê de Combate à Fome, levando comida para mesa de várias e várias famílias de todos os cantos da nossa cidade, se não fosse as nossas ações de solidariedade, infelizmente, mais e mais famílias passariam fome por não terem alimento na sua mesa. Na educação, durante todo esse período, os alunos da escola pública não ganharam alimento em casa e muitos alunos só tinham uma única refeição do dia, indo para escola, com a escola fechada, a fome fez parte dos lares dos nossos alunos. Os empresários de ônibus da cidade falam em crise, porém, nunca lucraram tanto, cobrando a passagem de R\$ 5,00 a mais cara entre todas as capitais de todo Brasil, para levar dinheiro para os seus bolsos, fazendo o povo trabalhador se humilhar na parada de ônibus para voltar para casa, pegando o ônibus lotado e enfrentando, inclusive, a redução dos horários de ônibus, durante a pandemia, quando mais se precisou investir em transporte público para evitar que o vírus contagiasse mais pessoas.

Sou morador na periferia da cidade, é pelos mais humildes, pelos trabalhadores que precisamos, de verdade, dar atenção, conheço a realidade da cidade,

eu também uso os serviços públicos. Os ricos e seus aliados Bolsonaro defende, e o povo quem defende? Concluindo: Povo conte comigo, estarei sempre ao lado de vocês, defendendo sempre o melhor para nossa gente, seguimos na luta, ninguém solta a mão de ninguém, estamos juntos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Erick Dênil, meus cumprimentos, parabéns, seja bem-vindo.

A Ver.^a Bruna Rodrigues solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 27 a 29 de outubro de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos declaração firmada pela Ver.^a Bruna Rodrigues, líder da bancada do PC do B, por meio do qual informa que a suplente Coletivo Cuca Congo não se encontra mais impedida de exercer a vereança no período citado. Informamos que se encontra presente no plenário a suplente Coletivo Cuca Conga, que já procedeu a entrega à Mesa de seu diploma e de sua declaração pública de bens e sua indicação de nome parlamentar.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Coletivo Cuca Congo prestará a seguir.

VEREADORA COLETIVO CUCA CONGO (PCdoB): “Prometemos cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.” (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro empossada a Ver.^a Coletivo Cuca Congo. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Ver.^a Coletivo Cuca Congo, V. Exa. integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, CEFOR.

A Ver.^a Coletivo Cuca Congo está com a palavra nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA COLETIVO CUCA CONGO (PCdoB): Boa tarde a todos e todas, Sr. Presidente, Márcio Bins Ely, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras desta Casa, bancada de oposição e bancada negra, as quais, nós, do Coletivo Cuca Congo nos somamos, nossos familiares, amigos e amigas, representantes do movimento negro de mulheres, LGBTs, aqui presentes nesta sessão da nossa posse, os que nos assistem pela TV Câmara pelas redes sociais, nós, do Coletivo Cuca Congo, não chegamos aqui por acaso, eu, Carmem, Estela e Carol. Somos quatro mulheres negras, professoras,

servidoras públicas que construímos nossa trajetória profissional e militante na defesa da educação pública de qualidade, laica, integral, inclusiva e antirracista, na luta pela valorização dos servidores e servidoras públicas e do serviço público de qualidade e no combate às desigualdades, ao racismo, ao machismo e à LGBT fobia. Vivemos um dos mais graves momentos da nossa história, marcado por uma profunda crise, agravada por um lesa-pátria negacionista, que reza a cartilha do imperialismo, dilapidador do patrimônio público, representante de uma elite que tem saudade da escravidão e avesso ao desenvolvimento social, econômico e aos direitos sociais. Ocupamos esse espaço de representação do povo de Porto Alegre, das mulheres, negros e negras, para falar sobre a fome, a miséria que a população está sendo submetida, porque fazemos parte desse povo que hoje agoniza com a miséria, o desemprego crescente e com a precarização dos serviços e das políticas públicas. Ocupamos esse espaço para falar do desmonte do serviço público, da desvalorização dos servidores e servidoras, da PEC 32, que trata da reforma administrativa, nefasta aos serviços públicos e à população. É preciso falar, especialmente na véspera do dia 28 de outubro, da valorização dos servidores e servidoras que estão à frente no combate à pandemia. Nós, profissionais da educação, trabalhadores da Saúde, operários, técnicos, seguranças e demais servidores e servidoras, não queremos apenas palmas. Há cinco anos os servidores públicos estão sem reposição, gerando uma defasagem salarial de quase 30%. Temos uma categoria diversa e um setor operário que percebe um vencimento básico abaixo do salário mínimo. A fome e diversas outras dificuldades estão na mesa desses trabalhadores. É preciso valorizar o serviço e o atendimento à população. É necessário pautar no debate da LOA esta questão, sendo que o que foi aprovado nas diretrizes e sancionado pelo prefeito, não seja uma obra de ficção, até porque o valor comprometido com as despesas de pessoal, que, na verdade, é investimento, em 2020 foi o menor no mínimo da última década, 41,81%, muito abaixo do limite de alerta. Exigimos um retorno do Executivo e sinalização concreta, quanto à pauta econômica dos municipais e municipais. Ocupamos esse espaço para falar da Educação, da necessidade de garantir o direito à educação pública e de qualidade social para todos e todas. Isso significa garantir a laicidade da Educação, investimento na ampliação da rede própria, a valorização dos professores e professoras, formação integral, inclusiva e antirracista, conforme estabelecida no plano Municipal de Educação.

Por fim, é preciso dizer que ocupamos esse espaço para tratar do racismo estrutural, pois a pobreza e a fome têm cor nesse País, as negras e os negros são os mais atingidos pelas mazelas da crise, são os que se encontram em maior situação de vulnerabilidade, e as mulheres negras são as maiores vítimas da violência. Nesse sentido, manifestamos o nosso repúdio aos atos fascistas e racistas que ocorreram nessa Casa na semana passada e a nossa solidariedade à bancada de oposição e à bancada negra, em especial às minhas camaradas, as vereadoras Bruna Rodrigues Daiana Santos, que compõem a nossa valorosa bancada do PC do B.

Nós não estamos aqui a passeio nestes dias em que substituiremos, com muita honra, a vereadora Bruna Rodrigues. Vamos honrar os mais de 3.000 votos a nós

concedidos, vamos cobrar, fiscalizar e propor; apresentaremos projetos, pedidos de providências e indicações. Não vamos titubear na defesa do nosso povo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Coletivo Cuca Congo. De imediato devolvo a palavra ao diretor, temos matérias a serem apregoadas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 3 a 5 de novembro de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta presidência faz requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1029/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 038/21, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2022. **(SEI 118.00302/2021-94)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Lembramos que o colégio de líderes acordou que os vereadores procurariam fazer a sua manifestação em cinco minutos. Fica a lembrança; vou avisar em cinco. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, que nos prestigia nas redes e que acompanha esta Casa e os debates necessários. Nós sabemos que esta cidade, e não é de hoje, recolhe muito dinheiro em impostos - muito imposto, muito dinheiro -, são bilhões de reais todo ano. Para onde vai esse dinheiro? Agora, neste momento, está caindo no caixa da Prefeitura mais de um milhão de reais, por hora, é quase um milhão de reais por hora que entra. Vocês conseguem imaginar entrando tanto

dinheiro no caixa, tanto dinheiro, para o secretário da fazenda; ele administra. Mas quem manda aplicar o recurso é o Sebastião; e o Sebastião tem esquecido muito da população. É, quase um ano de governo, e os ônibus estão sucateadas. Eu esperei, no sábado passado, sábado, 15 horas da tarde, por 45 minutos para pegar o T7, que vocês sabem não passa apenas em periferias. Então, vocês imaginem como está o povo das periferias. Esses dias, conversava com um morador da Ponta Grossa, e ele disse o seguinte: "se você avistar um ônibus Ponta Grossa, pegue, porque não saberá quando virá outro, não saberá." A redução dos horários de ônibus, a redução das linhas e mais, agora, o prefeito demitindo os agentes comunitários de saúde. Nós não temos, em Porto Alegre, secretário da saúde; nós temos o secretário das doenças. Não é secretário da saúde, é secretário das doenças, porque, numa cidade em que teria que ter 2 mil agentes comunitários de saúde e tem 545, começa a demiti-los, tirá-los... Para quem não sabe, o agente comunitário é aquele que vai na casa das pessoas, que lê a receita de remédio para os que não sabem ler, que acompanha os idosos no seu tratamento, do diabetes, entre tantos outros, que ajuda as pessoas com deficiência. O agente comunitário é fundamental, ele é peça-chave para a execução do orçamento na saúde. Se não tiver agente comunitário de saúde em todas as regiões... Um agente consegue atender 750 pessoas; nós temos 1 milhão e 500 mil. Onde está previsto isso no orçamento, que a cidade vai buscar otimizar o recurso da saúde? O que o prefeito está esperando? Que as pessoas adoçam, desenvolvam as enfermidades? Por isso é o secretário das doenças. Porque ele desinveste na Atenção Básica e, depois, Ver. Oliboni, custa muito caro um leito. O senhor sabe do que nós estamos falando, o senhor conhece a saúde, é membro da COSMAM. Custa caríssimo uma pessoa baixada numa UTI num hospital. E é isso que vai acontecer, porque o secretário não quer ser o secretário da saúde. Ele entregou a caneta da destruição do IMESF para sabe-se lá quem e aí vem falar em orçamento, em emendas, nisso e naquilo. Mas quem precisa do posto de saúde sabe que os postos de saúde estão abandonados. Falta médico, falta médico! Lá no Passo das Pedras, lá em cima, o posto de saúde contratualizado, empresa privada, estava 15 dias sem médico. Expliquem! Se fosse servidor público concursado, eles estariam falando mal. "Ah, porque o concursado isso, o concursado aquilo; o município isso, o município aquilo". Mas como é terceirizado, está todo mundo de bico calado. Assim foi no posto de saúde lá do Rubem Berta, Unidade de Saúde Domenico Feoli, também ficou um tempo sem médico. Então, minhas queridas e meus queridos porto-alegrenses, o papel é bonito, cabe tudo no orçamento, mas a execução, se nós não estamos em cima fiscalizando, falta tudo para o povo. Ontem, estive numa reunião com o diretor-presidente do DMAE. Levamos para ele o grande problema da Ponta Grossa, que precisa ser resolvido. Ver. Pablo Melo, tem uma casa de bombas, ela bombeia o esgoto cloacal e está há meses parada! E sabe quanto é para resolver a situação? É trocado. São R\$ 40 mil. O DMAE tem R\$ 300 milhões em caixa, não é possível aceitar uma casa de bombeamento de esgoto cloacal paralisada. É preciso imediatamente consertar! O que acontece? Lá foi executada uma obra de esgoto pluvial, mas como tudo era uma região de banhado, o esgoto, quando chove muito, está misturando cloacal com pluvial; então, as pessoas não conseguem mais dar descarga no seu banheiro. Dois dias eles ficam, em

média, sem dar descarga no banheiro, na Ponta Grossa, toda a comunidade. E esse problema amenizaria, se a casa de bombeamento do esgoto cloacal, que leva lá para a Estação de Tratamento de Esgoto da Serraria, estivesse funcionando. Então, eu peço aqui que os vereadores se mobilizem para isso, que a gente não espere isso entrar no orçamento para executar lá no ano que vem, porque tem aquelas chuvaradas de verão que, de novo, os queridos moradores da Ponta Grossa vão estar atolados nos dejetos e eles não merecem. Já o ônibus é demorado, já é difícil emprego na região, eles têm que se deslocar para cá, imaginem o cidadão voltando para casa, chega em casa e não pode nem usar o banheiro, não pode tomar um banho, não pode usar a privada, porque está tudo misturado. As ruas estão alagadas. Isso é fundamental. Então, eu peço atenção do diretor-geral, Alexandre, do DMAE, para essa pauta, cerca de 20 mil pessoas, é toda a redondeza atingida. Sem contar o Arroio do Salso. O Arroio do Salso que passa atrás da minha casa, passa atrás das casas da Ponta Grossa, precisa ser desassoreado, faz muito tempo que não é; é uma outra necessidade. Então, essa coisa do orçamento, gente, nós sabemos que ela é complicada, mas tem problemas, infelizmente, que são mais emergenciais. E o que é mais emergencial do que garantir ao cidadão que ele dê a descarga e que isso vá para o esgoto, que não volte para dentro da sua casa. É um problema de saúde, é um problema sanitário, não é só um problema simples: "ah, esgoto, isso e aquilo, é uma demanda do DMAE". Não, gente, é saúde pública! Vocês imaginem, isso significa que nós precisamos abraçar a Ponta Grossa. Precisamos abraçar a Ponta Grossa, porque é uma das regiões mais atingidas, e aqui não estou culpando ninguém. Vejam bem, na minha fala; eu estou apresentando o problema que tem como solucionar, porque, repito, é trocadinho; Com R\$ 40 mil, resolve-se a casa de bombas, e a Ponta Grossa, com certeza, vai agradecer a esta Casa e vai agradecer ao governo Melo, com certeza. Agora, é preciso priorizar, e eu estou falando de novo, vou repetir, o DMAE tem R\$ 300 milhões em caixa. A Prefeitura arrecada, diariamente, R\$ 22 milhões, e a Ponta Grossa precisa apenas de quanto? Quarenta mil reais. Sabem quanto ganha um vereador? Quinze mil reais. E a Ponta Grossa precisa só de R\$ 40 mil para amenizar, não vai resolver totalmente. Vejam bem! Não vamos vender ilusões para quem mora lá. Então, gente, vamos priorizar, no orçamento também o saneamento. Não vou entrar aqui no debate de outras regiões, porque outras regiões também têm as suas necessidades, nós sabemos, são fundamentais, mas é preciso uma atenção para essas pessoas cujo esgoto vai para dentro de casa.

As pessoas que moram lá eu perdi as contas de quantos móveis já perderam. E isso não é de hoje, isso é desde 2014. Então, ele não é um problema de A, B ou C; ele é um problema nosso. E por ser nosso, nós temos que juntar forças para resolver. Lembrando sempre que água é saúde, saneamento também é saúde, água é vida, e as pessoas têm que acessar saneamento básico. Um grande abraço, obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Lembrando que, por sugestão da Ver.^a Cláudia Araújo, com a simpatia dos líderes, ficaram sugeridos cinco minutos para o tempo de Pauta Especial, por fala.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde, senhoras e senhores, cidadãos e cidadãs. Neste momento, nós estamos discutindo a lei orçamentária, que, no início de cada ano, vem para a Câmara e ela tem uma previsibilidade do orçamento para quatro anos. E nós percebemos que, na campanha, o governo atual falou muitas coisas que agora não acabam sendo contempladas na lei orçamentária. Vou dar aqui um exemplo, os senhores e as senhoras sabem, cidadãos e cidadãs que estão nos acompanhando, que tivemos dois candidatos, a nossa candidata e este atual prefeito, Sebastião Melo, que disseram que voltaria o Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo em Porto Alegre, que foi uma grande marca da gestão da Frente Popular, abraçada por todos os governos - com exceção do Marchezan, que não fez uma obra, e o anterior, porque tinham duas mil obras demandadas e não as fez -, ele levou os prefeitos a falarem muito bem de Porto Alegre - eu diria em vários países do mundo -, e da democracia participativa. Pois o atual governo priorizou o OP, criou as 17 microrregiões, e os senhores sabem quantos milhões ele destinou na peça orçamentária? Dez milhões de reais. Dez milhões de reais são dez quilômetros, no máximo, de pavimentação em Porto Alegre. Dez milhões de reais constroem um posto de saúde. Era preciso, no mínimo, uma quantia de R\$ 500 milhões. Essa é a minha opinião; é óbvio; são 17 microrregiões, lá são debatidas várias temáticas - educação, segurança, habitação, assistência, infraestrutura. Creio que tenha muito para nós fazermos aqui com emendas, inclusive, para poder repor esse recurso no orçamento desses próximos três anos; aliás, são quatro anos, temos mais três anos. Aliás, este ano é do orçamento passado; os próximos quatro anos, vai um ano além do atual governo, isto é, entra um ano no próximo governo, o orçamento que nós aprovamos aqui. Sabem quanto o governo colocou em comunicação? Em comunicação? Vinte milhões de reais! O Marchezan tinha colocado R\$ 24 milhões. Nós entramos na justiça e tiramos da comunicação, por emendas, esse recurso, porque era um absurdo, porque havia um comprometimento, segundo o boato ou a rádio-corredor, de que ele estaria pagando parte da campanha com esse recurso. Não posso afirmar, mas era o boato. Senhoras e senhores, nós aprovamos aqui, e aí um recado para todos os vereadores e vereadoras, algumas emendas no PPA - Plano Plurianual - e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Quando nós aprovamos emendas no PPA e na LDO, a lei orçamentária tem que botar recursos para aqueles programas que nós falamos, porque foram emendas aprovadas aqui. O governo não fez. Nós temos que refazer de novo, portanto é um aviso. Os vereadores e as vereadoras que aprovaram alguma diretriz ou algum programa na LDO ou no PPA, agora, têm que repor recurso para poder viabilizar aquele programa; senão, é uma peça fictícia - não vai acontecer nada. Então, senhoras e senhores, nós teremos aí em torno de 15 dias para apresentar emendas, tenho certeza

absoluta de que, além das emendas impositivas, que são uma nova prerrogativa agora da Câmara, tem esses R\$ 9.917 bilhões para o governo gastar nos próximos quatro anos. Por isso é importante que os vereadores tenham iniciativas concretas e reais para poder atender segmentos que ficaram à margem deste atual governo. E aqui é o fórum adequado para proposição e iniciativas criativas capazes de devolver a dignidade a muitos segmentos da nossa cidade que estão à margem deste governo que, infelizmente, não cuida de toda a cidade, só cuida dos mais ricos ou da orla do Guaíba. Essa é a grande verdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Oliboni, que respeitou o tempo de cinco minutos. O Ver. Erick Dênil está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Quero cumprimentar novamente todos e todas. Quanto ao debate sobre o orçamento da nossa cidade, eu faço uma observação. Eu acho importante esta Casa debater sobre o orçamento da cidade, mas com um olhar mais periférico, com um olhar para as periferias da cidade. Eu, por exemplo, sou morador da Zona Norte, do Parque dos Maias, sei que tem muitas demandas da região, do Extremo-Norte da cidade, assim como tem da Restinga, da Lomba do Pinheiro, em várias outras comunidades periféricas, e o que eu vejo é a necessidade de nós debatermos, sim, um orçamento que inclua o povo trabalhador nesse orçamento, para garantir públicas políticas para a nossa cidade, fazendo com que as pessoas se sintam contempladas nesse orçamento. A Prefeitura fala em desenvolvimento para a cidade, mas eu pergunto desenvolvimento para quem? Eu acho muito bonito que tenhamos a orla do Guaíba, uma orla toda arrumada, em que o povo pode comparecer no final de semana, quando geralmente não está trabalhando, porém, eu vejo necessidade de a periferia da cidade ter parque, praças, lazer, locais estruturados de verdade, para que a população mais pobre e trabalhadora possa usufruir. Eu não vejo obras, como a orla do Guaíba, na Zona Norte de Porto Alegre, na periferia, assim como eu não vejo no Extremo-Sul da cidade. Então, quando a gente falar em orçamento, nós temos que lembrar de que orçamento nós estamos falando. Por isso, eu acho fundamental que a gente coloque entidades, representantes da sociedade civil para debater sobre tudo isso, sobre as políticas públicas. Ninguém mais é interessado do que o povo de Porto Alegre. Os mais interessados têm que ser convidados para debater sobre o orçamento da cidade, que é a sociedade civil organizada, que são os representantes do povo. Nós queremos a orla do Guaíba? Queremos, sim, mas queremos também que o nosso povo, que está dentro das comunidades, consiga de fato ter acesso ao lazer, que acesse a cultura, a educação, a creche. Quantas vezes a gente vê, na nossa cidade, pais e mães que não conseguem procurar emprego, porque não têm onde deixar seus filhos, não têm uma creche pública. No último período, 5 mil crianças ficaram sem vaga nas creches. Que desenvolvimento é esse que a gente vai debater, se não

incluirmos o debate da creche pública, comunitária, na nossa cidade? Que desenvolvimento é esse que nós vamos ter, se nós não incluirmos obras nas praças das periferias da cidade? Que desenvolvimento é esse que a gente fala, se não incluirmos aqueles que hoje estão excluídos do debate municipal? Então, como vereador, representante de Porto Alegre, eu acho que cabe a nós, com responsabilidade, incluir a sociedade civil e os trabalhadores nesse debate, nesse orçamento, porque cidade desenvolvida é onde todos andam de transporte público, cidade desenvolvida é onde mães e pais têm vaga na creche para os seus filhos, cidade desenvolvida é onde não tem criança vendendo na sinaleira para ganhar o pão de cada dia. Por isso, é súper importante que a gente faça esse debate com responsabilidade e exija que o orçamento seja dividido para toda a cidade, para trabalhadores e trabalhadoras, que, hoje, são excluídos desse debate. O meu muito obrigado, e espero que a gente consiga resolver os problemas do Município com muita dedicação e pensando nos mais humildes, que, muitas vezes, nem ficam sabendo dos debates e nem participam de pautas públicas importantes, que são do seu interesse. Então, que a gente consiga desenvolver para o povo de Porto Alegre esse orçamento.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Cumprimentos ao vereador pelo discurso. A Ver.^a Coletivo Cuca Congo está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADORA COLETIVO CUCA CONGO (PCdoB): Sr. Presidente, vereadoras e vereadores, público que nos acompanha aqui na Câmara, o nosso Coletivo está muito interessado em debater a questão da lei orçamentária anual, com a seriedade necessária, com a seriedade de quem conhece a realidade das nossas escolas no Município de Porto Alegre, qual seja, da precarização, da falta de recursos humanos, com a seriedade de quem conhece a realidade da nossa população. Vejo aqui a Letícia, ela faz parte do Coletivo chamados Mães da Periferia, no Morro Santana, Presidente, e a Letícia, conjuntamente com esse Coletivo, toda semana, recolhe alimentos, roupas, para dar conta de algo que quem deveria dar conta é o Estado. Porque o nosso povo está passando está passando fome, está sem condições de moradia. Então, quando a gente olha para esse orçamento, a gente quer que ele contemple as necessidades da nossa população, que é morar com dignidade, que é se alimentar, ter garantia à escola, à creche. Mais do que isso, quando a gente olha esse orçamento e se depara com esse gráfico, que é um gráfico de 2013 a 2020, com uma curva dos gastos com recursos humanos, a gente percebe a situação do serviço do serviço público na cidade de Porto Alegre, pois não tem investimentos em recursos humanos. Não existe serviço público sem recursos humanos qualificados, com servidores e servidoras públicas em todos os setores. Não poderia deixar de falar, então, também, repetindo a minha fala no discurso

de posse, da importância dessa Prefeitura dar conta da profunda defasagem salarial dos servidores e servidoras públicas desta cidade. Valorizar o serviço público é valorizar o atendimento, com qualidade, em todas as áreas e setores da nossa cidade. E eu espero que esta Casa, ao debater a lei orçamentária, olhe para as necessidades do povo da cidade de Porto Alegre e não para as necessidades dos empresários, dos grandes, dos ricos, ou seja, para as necessidades daqueles que passam fome, que estão desempregados e que, muitas vezes, não têm acesso aos serviços e políticas públicas. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereadora. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara, da Rádio Câmara, das plataformas digitais e público que nos assiste aqui no plenário, queria saudar o Ver. Erick, que assume na tarde de hoje, o Coletivo da Cuca Gongo, mulheres educadoras que assumem aqui nesta casa no dia de hoje.

Queria entrar nesse tema do nosso orçamento, do nosso recurso público. O Ver. Jonas Reis fez uma grande explanação aqui sobre a quantidade de recursos que existe no Município de Porto Alegre, sobre um valor que entra diariamente nos cofres da Prefeitura e cobrou políticas de saneamento para o Extremo-Sul de Porto Alegre, que são necessárias, que são prioritárias há muito tempo. Agora, se forem só os R\$ 40 mil que o Ver. Jonas falou, ele poderia fazer uma emenda impositiva e já resolver esse problema de imediato. Mas a questão é muito mais complexa. É necessário fazer uma macrodrenagem, é necessário rever todo esse conceito que a cidade de Porto Alegre teve no passado, em que o importante era colocar asfalto, o importante era pintar cordão de calçada, não o que ficava enterrado; o que fica enterrado, como a questão do saneamento, não dá voto, pois não aparece, pelo contrário, traz transtornos. Nós estamos vendo que há várias reclamações das pessoas que usam a Av. Sertório, na Av. Nilo Peçanha, em função do trabalho que está sendo feito no Arroio Areia. E isso acontece em qualquer lugar. Há uma reclamação grande também das pessoas em várias avenidas, em razão do sistema que está sendo feito nas paradas e nos corredores de ônibus. São obras que não aparecem, que ficam em baixo do subsolo, mas que são necessárias. Nós temos que mudar urgentemente esse conceito de fazer uma política somente no asfalto, uma política somente de cordões de calçadas. Outra questão que o Ver. Jonas fala, ele não fala no contexto, ele fala simplesmente que não tem um médico. Mas médico, Ver. Jonas, o senhor sabe muito bem, ele não vai ter, seja ele de uma empresa terceirizada, seja ele concursado, porque há um preconceito, há um receio, há um medo, seja lá o que for, de os médicos trabalharem na periferia. Quando o médico sabe que terá de trabalhar na Bom Jesus, na Lomba do Pinheiro, na Restinga, no Parque dos Mais, no Leopoldina, esse médico arruma vários pretextos para trabalhar nesses

lugares. A gente escuta relatos, aqui, até de cidades vizinhas, que, muitas vezes, têm dificuldades de arrumar um profissional, porque ele acha que tem que trabalhar em regiões distantes, com conflito e não em regiões bem próximas ao centro. Não querem regiões distantes, como o Lami, Ponta Grossa, Parque dos Maias, Nova Gleba, Vila Safira, as paradas 16 e 20 da Lomba do Pinheiro, Pitinga; nós temos essa dificuldade, grande, de profissionais, sejam eles concursados, sejam eles de empresas terceirizadas no Município. Isso acontece em várias áreas também, onde há essa dificuldade, não só na questão do médico. Eu acredito que o nosso governo tem tentado e vem buscando saídas para resolver esse problema. Ontem mesmo saiu o um concurso público, mais um concurso público no Município de Porto Alegre; ontem saiu, está em todas as redes. Em torno de dez dias também saiu outro concurso público. O governo está atacando as necessidades. Só que tem coisas que são emergenciais, como o anúncio do governo para comprar vagas, pedindo autorização desta Casa para comprar vagas nas escolas infantis, assim como várias outras políticas que vêm sendo implementadas.

E o Ver. Oliboni foi muito feliz quando disse que não adianta colocar só no papel a política, que temos que ir atrás de recursos. Eu fiz isso em duas alterações da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre: coloquei no papel, no orçamento, e fui atrás de recursos para a abertura dos postos de saúde, das unidades básicas de saúde até às 22 horas - hoje, nós já temos 12 abrindo até às 22 horas. Fiz isso nas escolas em integral - hoje, nós já temos 52 escolas na cidade de Porto Alegre funcionando em tempo integral. Fizemos a emenda nº 03, que permite que as redes privadas de farmácia de Porto Alegre, Panvel, São João, Raia, Agafarma e por aí afora, entreguem os remédios para as pessoas que levam a receita das unidades básicas de saúde, dos prontos atendimentos, dos postos de saúde. Também tenho destinado, há três anos, o montante das emendas impositivas às quais tenho direito, buscado recursos na área da educação, da saúde, da assistência social e também da cultura e do esporte, para implementar, na cidade de Porto Alegre, o centro de referência do autista. O dinheiro está lá, estão as nossas emendas, o dinheiro está no orçamento, o dinheiro vem da União, vem do Estado, o dinheiro está nas secretarias, nós temos que ir atrás desse dinheiro e entregar para o povo de Porto Alegre o que nós botamos no papel. Isso nós temos feito, buscado, para melhorar a vida das pessoas. A nossa cidade, Ver. Idenir Cecchim, não vive só de asfalto e cordão de calçada, ela vive do que está enterrado. Muito obrigado, uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está encerrado o período de discussão da Pauta Especial. Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0890/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/21, que estabelece a idade máxima para inscrição em concurso público para ingresso no cargo de Guarda Municipal. (SEI 118.00269/2021-01)

PROC. Nº 0897/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 030/21, que autoriza o Executivo Municipal a desafetar da destinação de uso comum do povo e da destinação de uso especial e alienar, por meio de licitação pública, o próprio municipal situado na Avenida Carlos Barbosa, número 798, matrícula número 160.502 do Registro de Imóveis da 2ª Zona de Porto Alegre. (SEI 118.00274/2021-13)

PROC. Nº 0992/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 037/21, que altera o parágrafo único do art. 1º, o inc. IV do art. 4º e o inc. V do art. 5º, todos da Lei Municipal nº 12.713, de 7 de julho de 2020, que estabelece normas para a prestação do serviço de utilidade pública de Linha Turismo no Município de Porto Alegre e inclui o § 3º no art. 5º da Lei Municipal nº 12.903, de 7 de julho de 2016. (SEI 118.00298/2021-64)

PROC. Nº 0531/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 320/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que cria o Selo Empresa Amiga do Trabalhador. (SEI 219.00047/2021-60)

PROC. Nº 0825/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 344/21, de autoria da Mesa Diretora, que que cria parcelas autônomas para o pagamento de valores referentes às vantagens incompatíveis com o disposto na Lei Complementar nº 851, de 12 de junho de 2019. (SEI 014.00033/2021-89)

PROC. Nº 0864/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 025/21, que altera o Anexo III, cria 1 (um) cargo em comissão de Assistente de Diretoria e 1 (um) cargo em comissão de Chefe de Gabinete e extingue 1 (um) cargo em comissão de Oficial de Gabinete e 2 (dois) cargos em comissão de Secretário de Conselho no Âmbito do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (Previmpa) e inclui o Anexo III-A na Lei nº 8.986, de 2 de outubro de 2002. (SEI 118.00262/2021-81)

PROC. Nº 1030/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 039/21, que autoriza o Poder Executivo a contratar Eletrotécnicos para a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSUrb) em caráter temporário e por prazo determinado. (SEI 118.00303/2021-39)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0921/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 385/21, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Praça Canto das Caturritas, logradouro público conhecido como Praça Dois, no Bairro Restinga Nova. (SEI 034.00402/2021-13)

PROC. Nº 0940/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 394/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui o evento Desfile da Mocidade Salve Jorge – no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na primeira quinzena de setembro. (SEI 024.00093/2021-91)

PROC. Nº 0950/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 397/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride o Dia Municipal do Representante Comercial, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 09 de dezembro. (SEI 037.00335/2021-34)

PROC. Nº 0028/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/21, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que inclui inc. VI no *caput* do art. 216 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, acrescentando procedimento durante a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino Rio-Grandense no rol de deveres dos vereadores. (SEI 038.00002/2021-12)

PROC. Nº 0926/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 046/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que concede o Diploma Honra ao Mérito à ONG THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. (SEI 209.00152/2021-17)

PROC. Nº 0533/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 203/21, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que denomina Parque Jaime Lerner o trecho 3 da Orla do Guaíba. (SEI 197.00078/2021-61)

PROC. Nº 1021/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 427/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride o Dia Municipal do Candombe, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 03 de dezembro. (SEI 037.00359/2021-93)

PROC. Nº 1032/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 040/21, que altera o inc. II da letra "c" do anexo I; cria 2 (duas) Funções Gratificadas (FGs) de Chefe de

Unidade e extingue 5 (cinco) FGs de Responsável por Atividades III, por transformação, na Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988. (SEI 118.00306/2021-72)

PROC. Nº 1005/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 050/21, de autoria da Mesa Diretora, que extingue 7 (sete) cargos em comissão de Assessor Jornalista e cria 7 (sete) cargos em comissão de Assessor Parlamentar de Plenário no item Função Específica do Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Câmara Municipal de Porto Alegre, constante no art. 20 da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores. (SEI 014.00038/2021-10)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, caras colegas, colegas vereadores e vereadoras; faço uma saudação especial, nesta tarde, ao Erick Dênil, que tomou posse hoje, e, especialmente, às meninas do Coletivo Cuca Congo. Cada vez que uma mulher negra pisa neste plenário, certamente a nossa luta avança. Eu venho aqui aproveitar para citar e parabenizar uma iniciativa da Ver.^a Daiana de homenagear a ONG Themis, que tem um trabalho fundamental na luta pela promoção da igualdade de gênero e na luta contra a violência contra as mulheres. É um cenário muito duro de violência de gênero que nós temos no Brasil, como vimos testemunhando e acompanhando de forma tão intensa nos últimos anos, até do ponto de vista do avanço da violência na arena política. Semana passada, na última quarta-feira, este plenário testemunhou cenas bárbaras, e entre elas estava contida a violência de gênero e raça de forma muito significativa. É importante que nós, enquanto Parlamento, enquanto espaço formulativo da política, nos atentemos a pensar sobre isso e avançar, para que nós possamos coibir esse tipo de ação de cerceamento da atividade política das mulheres. Essa é uma realidade que, infelizmente, no Brasil, tem tido diversas cenas. Foi na semana passada, nos chamando aqui de empregada, nos chamando de lixo, entre outros termos; é em Caxias do Sul, onde a Ver.^a Estela Balardin – ainda ontem prestamos solidariedade – está ameaçada de ser afastada do seu mandato, simplesmente por ter apontado um ataque misógino na Câmara de Caxias do Sul; assim já foi com a nossa Ver.^a Lins Robalo, uma vereadora mulher trans, de São Borja, e assim é com várias parlamentares mulheres por todo o Brasil. A presença da violência de gênero na política tem sido marca da assunção de uma agenda fascista e misógina no debate público brasileiro. Portanto, nós falarmos sobre isso é fundamental, para que nós possamos avançar sobre esses temas, pois essa situação cria uma agenda de permissividade na sociedade brasileira, que nos traz indicadores bárbaros, como o aumento dos feminicídios, como o aumento das situações de violência. Aqui em Porto Alegre, vivemos uma situação extremamente complexa de falta da rede de proteção no enfrentamento às mulheres em situação de violência. Temos alguns debates aqui na Casa em relação à abrigagem dessas mulheres, inclusive, tem um projeto indicativo ao

governo em relação à criação de uma casa-abrigo. Sei que o Ver. Leonel também já tem dialogado com a Secretaria de Desenvolvimento Social sobre as suas emendas serem entregues para a construção de uma casa-abrigo no município de Porto Alegre. São situações sérias que, infelizmente, são tratadas de forma periférica na agenda pública de debate. Eu digo isso, porque é fundamental que nós possamos, no debate público no Parlamento, conseguir avançar nessa agenda, para que nós possamos avançar na consolidação dos direitos e na coibição de situações de violência na sociedade.

Aproveito este tema, já que o tema das mulheres é linha de frente de uma agenda na defesa dos direitos humanos no Brasil, para falar de uma situação muito grave que hoje ocorre na Câmara dos Deputados. A presidenta da CCJ, Bia Kicis, avança com uma PEC que visa a reduzir a idade mínima de trabalho no Brasil de 16 para 14 anos. Trago esse tema à Casa, porque, de fato, é um tema extremamente delicado, ainda mais quando nós falamos, no Brasil, de um avanço absurdo do trabalho infantil frente à crise econômica que nós vivemos e à própria eclosão com a crise sanitária. Reduzir a idade de trabalho de 16 para 14 anos é legitimar a evasão escolar, é nós legitimarmos que os nossos jovens percam a perspectiva de futuro da sua formação, para estarem entregues a condições precárias de trabalho. O Brasil lutou muito para que nós pudéssemos ter o ECA e para que ele pudesse ser aplicado. Nós lutamos muito para que nossas crianças, nossos adolescentes, nossos jovens pudessem ser sujeitos de direitos, e nós retrocedermos em pleno 2021 traz um legado sobre o desenvolvimento social do Brasil gigantesco, imensurável. Isso em troca de nós estarmos tratando de maneira equivocada: enquanto nós deveríamos garantir renda básica, emprego para essas famílias em situação de vulnerabilidade, nós queremos que as crianças tenham a sua condição escolar esfacelada e que sejam mão de obra barata no mercado de trabalho. Esse é um tema muito grave. Nós precisamos estar atentos na coibição do trabalho infantil e na garantia de condições dignas de estudo e de inserção no mercado de trabalho da juventude. Com certeza, não é reduzindo a idade mínima de trabalho. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Erick Dênil está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Mais uma vez, boa tarde a todos e todas; me inscrevi, sou o Ver. Erick Dênil, do PCdoB, justamente para falar sobre a Themis, entidade representante da proteção à mulher, que começou em Porto Alegre e agora presta um serviço superimportante a todo o País. Vou ler a nota da Themis e cumprimentar toda a entidade: “Criada em 1993, por um grupo de advogadas e cientistas sociais feministas com o objetivo de enfrentar a discriminação contra as mulheres no sistema de justiça, a Themis é uma organização da sociedade civil, com sede em Porto Alegre, que busca aumentar o conhecimento das mulheres acerca dos seus direitos através do programa de formação de promotoras populares legais”. Meu

cumprimento, então, a todas as promotoras populares legais, que têm um trabalho magnífico, na nossa cidade e em todo o País, de combate à violência contra a mulher. Além disso, outra frente de atuação é no Judiciário, seja através de seminários, cursos, *workshops* ou publicações, trazendo o direito das mulheres para dialogar com operadores do direito por meio da advocacia em casos estratégicos, para promover e alavancar os direitos em esferas nacional e internacional. Desde a sua criação, a Themis desenvolveu 17 programas de formação de promotoras legais populares e jovens multiplicadores de cidadania. A Themis participou do consórcio de organizações que debateu e propôs a frutífera e importante Lei Maria da Penha. Inclusive, a entidade já recebeu inúmeras premiações por tudo o que desenvolve para a sociedade, por todo o trabalho desempenhado, pelo acesso à justiça, pelo fortalecimento da cidadania que reduzam as desigualdades raciais, socioeconômicas, culturais e de violência contra as mulheres porto-alegrenses. A pedido da Ver.^a Daiana, a gente está propondo homenagear a ONG Themis por gênero, justiça e direitos humanos com o Diploma de Honra ao Mérito. Viva a Themis, viva o combate à violência contra as mulheres, vivam as promotoras populares legais! Muito obrigado, que a gente possa fortalecer as políticas públicas em defesa do combate à violência contra a mulher, em defesa das mulheres. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queridas e queridos porto-alegrenses. Nós vemos muita gente dizer assim: o servidor público não trabalha, o servidor público não quer trabalhar; privatiza tudo, vende tudo, entrega para os CNPJs. O prefeito, que representa um governo que fala mal do servidor público, que não valoriza os servidores públicos, deve 28% de reajuste salarial, botou aqui hoje que quer flexibilizar a linha turismo, hoje executada pela Prefeitura. Quando o prefeito ganha o cargo, o povo lhe concede o direito de ficar por quatro anos, mas ele não quer trabalhar, então, ele entrega tudo para a iniciativa privada, para os outros trabalharem. O prefeito não quer fomentar o turismo, ele não escolhe uma pessoa que conhece o turismo, uma equipe que constrói uma Porto Alegre voltada ao turismo; não, o negócio é conceder, os outros que façam, os outros que inventem, os outros que inovem. O prefeito se retira da cena, para que outros assumam. O prefeito era para estar reunido com o secretário federal responsável, com a secretaria estadual, agora que está tendo a orla do Guaíba, para criar um circuito que Porto Alegre seja atrativa à Região Metropolitana, que gere renda. Não, o único projeto que ele manda para cá é a linha turismo, para largar para a iniciativa privada. Bota umas pessoas aqui, um carro de som ali e faz isso. Não cria polos culturais de debate sobre a história de Porto Alegre. A história de Porto Alegre é linda, o Centro Histórico.

Se a Prefeitura, a Secretaria de Cultura investisse em fomentar os nossos museus, o governo estadual também, criar um grande GT de fomento ao turismo, à cultura, à história deste Município, deste povo... O que é que construíram em cima de um enorme sítio arqueológico? Construíram um prédio na beira do Guaíba ali, passando o Iberê, a história foi enterrada. Nós temos muito mais, temos a orla lá da Assunção, Ipanema, Belém Novo, gente, tem muita história para contar. A secretaria poderia criar um programa, isso aqui é irrisório, entregar para alguém botar ônibus, botar caminhão. Eu, sinceramente, quero dizer para vocês, eu quero ser sincero, aqueles ônibus que têm, abertos, com aquela música no último volume, azucrinando as pessoas que estão na orla do Guaíba, passa aquele ônibus, é um furacão passando. As pessoas não escolheram a música, mas todo o mundo tem que ouvir aquela música, todo o mundo tem que ouvir. É exploração comercial, eles dizem. Para mim, é uma perturbação, acho que as pessoas têm que ter o direito a escolher. A pessoa vai para a orla do Guaíba para quê? Para barulhada? Não, ela quer ouvir o som dos pássaros no Parque Marinha, no Parque Farroupilha, ela quer sentar com a família, e quando vê, vai passar um monte de linha turismo tocando som na última? Acho que nós temos já espaços para isso, para fruição da cultura musical, que é muito importante. Eu sou professor de música, respeito todos os gêneros musicais, eu acho todos importantes, Mauro Pinheiro, todos, eu acho que todo mundo tem que ter o direito de escolher, agora não podemos, nós, deixar passar isso aí como se isso fosse um incentivo a uma nova relação comercial. Eu acho que tem que ter um regramento, o projeto não pode ser assim, como está colocado aqui. E acho mais ainda: eu queria solicitar aqui nesse meu tempo, que o secretário da cultura, junto com os envolvidos com o turismo, pensassem um programa real. Como é que nós vamos aproveitar essa zona aqui toda? Olha que legal que seria, se viesse um grupo de pessoas, de fora de Porto Alegre, e descobrisse o que era a Ilhota, o que era o arroio Dilúvio, que não passava por onde passa a parte final dele, tinha um desvio pela Rua João Alfredo, natural, passava pela Ponte de Pedra. Ninguém sabe disso, porque a gente não fomenta a história, não fomenta a cultura e o turismo. Eu acho que a gente está carente de um programa disso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, venho falar aqui de um projeto de minha autoria, que inclui o evento Desfile da Mocidade Salve Jorge no Calendário de Eventos de Porto Alegre. É uma atividade que ocorre na grande Cruzeiro, na Tronco, reunindo várias escolas, clubes de mães, associações, que faz esse desfile cívico que vem sendo realizado há algumas décadas. Estamos incluindo no Calendário de Porto Alegre, e como todas as atividades culturais, o Ver. Jonas mesmo acabou de falar aqui, precisam de recursos.

Os recursos são necessários desde que o nosso Estado iniciou a discutir, e isso vem de 1825, aqui nesta Casa, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, quando uma vereadora, mulher, apresentou um projeto para ter recursos para menores, que estariam nas ruas, abandonados. Ela fez um projeto buscando recursos para acolher esses menores, em 1825. Em 1828, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre fez um projeto semelhante, protocolando na Prefeitura de Porto Alegre na época, que também foi aprovado, fazendo um aporte grande de recursos na Santa Casa, permitindo que ela ampliasse a sua estrutura – em 1828. Em 1843, Bento Gonçalves, para cobrir as despesas hospitalares dos farroupilhas, também apresentou à Assembleia Legislativa esse projeto, que foi aprovado. Esse projeto que eu falo, desde 1825, passando por 1828, 1843 e chegando no dia de hoje, no nosso Estado, se refere às loterias, projeto que nós apresentamos aqui nesta Casa, projeto que queremos discutir e que prevê recursos para as atividades culturais, prevê recursos para as questões de saúde, assistência social, educação, e, principalmente, prevê e permite que a Prefeitura de Porto Alegre, juntamente com as demais prefeituras – Canoas, Guaíba, Alvorada, Cachoeirinha, Viamão –, faça uma loteria em consórcio. Permite que essas prefeituras, e isso está sendo discutido nas outras câmaras de vereadores com os poderes executivos, façam um jogo de aposta, uma loteria – pode ser uma raspadinha, pode ser uma Mega-Sena, seja lá o que for –, para subsidiar o sistema de transporte. Seria a integração financeira desse sistema de transporte e a integração, de fato, de uso desse sistema de transporte, recurso que estaria disponível, através dessa loteria, que nós protocolamos, volto a insistir, nesta Casa, para a busca de recursos para melhorarmos as questões na área da saúde, principalmente na questão dos autistas, criar um centro de diagnóstico, um centro de referência, criar políticas públicas na educação para essas famílias e crianças autistas. Estariam lá, na loteria, recursos para a cultura, recursos que, há muito tempo, no período em que tinha a loteria federal, em que tinha a loteria nacional, em que tinham as casas de jogos, os bingos, bancaram o esporte, bancaram uma parte da educação. Nós tivemos várias federações, de várias atividades esportivas, sendo beneficiadas com esses recursos. Nós tivemos vários segmentos da cultura sendo beneficiados com esses recursos, e hoje a Constituição federal, as decisões do Supremo Tribunal permitem que os municípios, que os estados criem as suas loterias; que os municípios e os estados criem as suas formas de arrecadação, através das loterias, permitindo que esses recursos ajudem nessas áreas, permitindo que esses recursos sejam recursos extras nas áreas da educação, nas áreas da saúde, da cultura, do esporte, principalmente, ajudando as pessoas com deficiência e o sistema de transporte na nossa cidade, na nossa região, no nosso Estado, no nosso País, que se encontra falido e precisa não só tirar recursos do bolso do povo, mas pode muito bem ter recursos desse sistema, que é permitido por lei. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente em exercício, Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa sessão nesta tarde. Falo em nome da bancada do PT – Ver.^a Laura, Ver. Leonel, Ver. Jonas –, para poder, aqui neste espaço, elencar um assunto que, para nós, é absolutamente incompatível com o decreto estadual: por ser um espaço democrático, que ao mesmo tempo deve ter um regramento, que é a Câmara Municipal de Porto Alegre, a Câmara não tomou ainda uma medida, como tomou a Assembleia Legislativa, a respeito do passaporte sanitário. Aqui nesta Casa pode entrar qualquer cidadão, não importa se ele fez a vacina, não importa se ele está sem máscara ou se ele usou álcool em gel; essa é a grande verdade, porque a Casa não exige o passaporte sanitário. Pode entrar até um cidadão armado, porque não tem detector de metal ali na entrada. Essa é a grande verdade. Semana passada, numa sessão normal aqui da Casa, entraram algumas pessoas, cidadãos – até então era cidadãos de bem –, sem nenhum controle, apenas citando que iam ou no restaurante, ou no gabinete do vereador tal, da vereadora tal, mas, ao iniciar a sessão, até antes, adentraram ao plenário e tomaram conta de um lado deste plenário. Eram mais de 20 pessoas, todo mundo falava que era em torno de 40 pessoas. Quem pode dizer se essas pessoas estavam vacinadas? Algumas estavam sem máscara. Essas pessoas, não aceitando o debate político, e não aceitando uma deliberação do Presidente em exercício – que por acaso está de novo aqui, o nosso colega Ver. Idenir Cecchim – para se retirarem do plenário, devido suas atitudes, começaram a agredir assessores, vereadores e a falar palavrões. Eu nunca tinha visto isso. Alguns vereadores, no intuito de se defenderem, também acabaram reagindo. Agora, olha o que aconteceu, Presidente: esses cidadãos se sentiram empoderados para dizer que assessores e vereadores os agrediram, e abriram, olha só, processo de cassação de vereador, processo de dano moral no Ministério Público, fazendo um espalhafatoso movimento fora da Casa, dizendo que, por a Casa não ter esse regramento, acabaram sendo atingidos. É preciso que a Câmara tenha uma posição clara sobre isso, e creio, Presidente, que a Mesa discutiu hoje, eu até pensei que o Presidente ia usar a palavra para poder dizer qual é o regramento adotado, Ver.^a Mônica, porque senão fica para fora, como se a Câmara simplesmente tivesse visto, presenciado, mas não tomado decisão. É preciso dizer, para que a imprensa divulgue, que, a partir de então, há um regramento, sim, nesta Casa, e que, a partir de agora, só entra com o passaporte vacinal ou entra da seguinte forma – e diz qual é a forma. É lamentável que algumas pessoas pensem que a justiça vai dar a versão delas, se foram elas que adentraram aqui sem autorização e agrediram vereadores e vereadoras. Racismo, fascismo e apologia ao nazismo! Foi claro para todos, inclusive para a imprensa, Ver. Janta. Eu fico impressionado, quando vejo vídeos e manifestações desses cidadãos, por virem aqui na porta da Casa dizer que estão processando um vereador ou uma vereadora. E a Casa não vai dizer nada? Nessa hora, Cecchim – espero que V. Exa., como Presidente no ano que vem, tenha claro e preciso o regramento do ano todo –, é preciso um regramento para que as pessoas não fiquem falando dos vereadores, das vereadoras ou do parlamento. Tem que ter um regramento mínimo nesta Casa, num tempo de pandemia, até porque nós estamos sendo expostos quando não há

um regramento, porque ninguém me diz se todos que adentraram neste plenário ou entram todo o santo dia tomaram a vacina. E a comunidade científica, a Organização Mundial da Saúde dizem claramente sobre isso. Portanto, senhoras e senhores, em nome da bancada do PT, nós voltamos aqui, nesta tribuna, a colocar essa preocupação e dizer que nós, sim, somos favoráveis ao passaporte vacinal. Isso protege o cidadão que faz a vacina, protege todos os movimentos, sessões, reuniões que esta Casa faz. Não é por acaso que o próprio governador baixou um decreto, não é por acaso que todas as casas de grandes eventos ou de grande público estão exigindo, até hoje, no momento, o passaporte vacinal. Fica aqui o nosso recado, agradeço, essa é a posição do Partido dos Trabalhadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde, senhoras e senhores, colegas, eu vim aqui trazer algumas pautas positivas. Uma delegação de Porto Alegre fez uma viagem a Brasília esta semana, onde participou de uma série de reuniões junto aos Ministério da Cidadania, Ministério da Educação, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Essa delegação de Porto Alegre é muito presente e atuante na busca de recursos, infraestrutura e projetos, tanto para a área da cultura quanto para a área da educação, para área de assistência social. Nos reunimos, primeiramente, com o secretário nacional de desenvolvimento cultural da Secretaria Especial da Cultura, do Ministério do Turismo, Endrigo de Vargas, e tratamos sobre projetos e equipamentos culturais de Porto Alegre, além da captação de recursos para levantarmos várias das iniciativas que hoje estão paradas na Secretaria de Cultura por falta de recursos, também envolvendo o restauro de patrimônio, entre outras ações. Fomos presenteados na ocasião com uma belíssima cartilha parlamentar que indica onde estão os recursos e o que é preciso fazer para acessá-los. Estou com uma cópia dessa cartilha em PDF e posso enviar para todos os colegas que tiverem interesse em verificar como acessar os recursos, desde a área de incentivo ao turismo, passando por *shows*, a questão da adversidade cultural, do patrimônio histórico, música, enfim, absolutamente tudo o que se pensa em cultura e turismo está nessa cartilha e existem recursos que podem ser acessados se houver projetos e interesse do Município.

Em audiência, depois, no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, junto com o Deputado Sanderson, com a presidente da FASC, Cátia Lara Martins, e com a Ver.^a Comandante Nádia, conversamos com o assessor especial, Marco Carvalho, sobre a possibilidade de parcerias junto a secretarias que integram o Ministério em busca de capacitação, desenvolvimento e fortalecimento da rede da assistência social em Porto Alegre. Essa agenda partiu de muitas definições de dentro da nossa Frente Parlamentar de Combate à Violência contra a Criança e o Adolescente que tem como principal objetivo fortalecer a rede de proteção social à criança e ao

adolescente. Ficou combinado que o Ministério fará um ofício solicitando à Prefeitura de Porto Alegre o envio de um grupo bastante capacitado de técnicos das áreas afins para que essas pessoas passem três, quatro dias em Brasília fazendo uma série de capacitações técnicas e conhecendo todos os projetos, linhas e convênios possíveis para se trazer para Porto Alegre.

Depois, no Ministério da Cidadania, fomos recebidos por secretários do órgão e solicitamos apoio importantíssimo para o 10º Cress de Porto Alegre que seria para atender a região das ilhas e do bairro Humaitá. Para quem conhece o sistema do SUAS, sabe que o ano que vem serão 10 anos do SUAS, que Porto Alegre poderia ter 13 Cress e hoje só tem nove e que as pessoas que moram na região das ilhas e do bairro Humaitá, que precisam desse atendimento especial, hoje precisam se deslocar até o Centro de Porto Alegre. Aqueles que não têm recurso vão a pé, os jovens que precisam ter medidas socioeducativas de acompanhamento vão a pé, atravessam a ponte do Guaíba até o Centro de Porto Alegre para conseguirem esse atendimento. Nós solicitamos a autorização do Ministério da Cidadania para expandir a rede de proteção social em Porto Alegre. Essa autorização será dada e temos motivos para comemorar nesse sentido.

Por fim, na Secretaria Nacional do Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, com a secretária especial Fabíola Molina, pedimos agilidade no andamento dos projetos esportivos que recebem incentivos, uma pauta muito importante para o secretário Kiko. Também estiveram presentes nesta ocasião o secretário Átila Junior da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, o chefe de assessoria especial de assuntos estratégicos, Ronaldo Bento, e o chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Assistência Social, Adelson da Silva, além do chefe de gabinete do Ministro da Cidadania que estava em viagem na época para Roraima.

Porto Alegre está no foco da assistência social e do governo federal, basta que apresentemos projeto, que a gente tenha os técnicos para enviar para lá e receberemos infraestrutura, recursos e capacitação. Ficamos muito felizes de ver que existe a intenção de ambos os lados de estreitar essas relações e que as portas estão abertas em Brasília para quem quer trabalhar, para quem quer levar adiante essa pauta da assistência social em Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Ver. Idenir Cecchim, na presidência dos trabalhos na tarde de hoje; boa tarde colegas vereadores e colegas vereadoras; público que nos assiste pela TVCâmara, público que está aqui presente, venho trazer boas novas. Esta Casa, a Prefeitura de Porto Alegre e os porto-alegrenses precisam de boas novas, chega de falarmos de coisas que não crescem nada. Quero dizer que fui a Brasília com dinheiro próprio, nada de verba do gabinete. Paguei

a minha passagem, minha assessora pagou a sua passagem, pagamos nosso hotel, a nossa alimentação, assim como a Ver.^a Fernanda Barth, acredito, porque nós não nos usamos do Parlamento, nós trabalhamos para a cidade de Porto Alegre. Fomos eleitas e eleitos aqui, inclusive, para trabalharmos por pautas que venham crescer e crescer coisas boas na nossa cidade, a capital dos gaúchos. Quero dizer que fiz uma pauta maravilhosa na área, que me diz respeito, da segurança pública, que, por 28 anos, trabalhei com muita dignidade, com muito trabalho, muita perspicácia, com muita moderação, muito conflito eu medie, muita gente eu protegi, muita criminalidade eu tirei da rua. E, no Ministério da Justiça, eu pude conhecer o sistema de proteção de dados, o sistema integrado das polícias, conheci as operações que estão sendo feitas no nosso Brasil afora e, inclusive, aqui no Rio Grande do Sul, tão importante para todos nós. Pude ver o quanto o Ministério da Justiça, junto com o Ministério da Segurança, da nossa Senasp, está trabalhando em qualificação de homens e mulheres, agentes da segurança pública.

Um ponto muito importante que eu fui buscar em Brasília é o nosso modelo da escola cívico-militar, tão importante para Porto Alegre, que já existe em vários municípios no nosso Estado afora. Mas Porto Alegre ainda está com alguma dificuldade de abrir a mente e entender o que é uma escola cívico-militar. Conversei pessoalmente com o diretor de política das escolas cívico-militares, e quero trazer aqui para os senhores, para que possamos conhecer um pouco mais do que se trata uma escola cívico-militar. É uma escola que continua, e sempre continuará, com a gestão pública, com a gestão pública da educação do Município. O militar não vai entrar na sala de aula, não vai haver nenhuma mudança do currículo escolar, não há nenhuma mudança no que diz respeito a estratégias de educação dentro do Município. Alguns mal-informados querem distorcer o que significa uma escola cívico-militar, acabam falando coisas que não são verdades ou falam bobagens. Então, trago aqui para aqueles que querem realmente conhecer uma escola cívico-militar e entender que essa escola vai ter militares da reserva das Forças Armadas ou da Brigada Militar trabalhando dentro do pátio, trabalhando no entorno da escola. Principalmente, em escolas em que há uma maior vulnerabilidade, em que a criminalidade está muito potencializada e, principalmente, naquelas escolas em que o IDEB está péssimo. Aliás, Porto Alegre, Ver. Idenir Cecchim, tem o IDEB muito ruim nos quesitos de português e de matemática. E como essa escola cívico-militar trabalha com a questão de meritocracia, de premiação para os alunos que são os melhores, que estudam mais, que tiram notas boas, há uma intenção da gurizada ficar ali na boa disputa de melhor conhecimento, de buscar um aprimoramento muito maior naquilo que elas têm no dia a dia. A escola cívico-militar veio exatamente para mostrar um novo Brasil, um novo Rio Grande do Sul, uma nova Porto Alegre.

Para encerrar, Presidente, quero dizer que já protocolei, e quero a atenção dos vereadores aqui, uma audiência pública – já faço o convite para a Ver.^a Fernanda Barth, presidente da CECE – que vai tratar exatamente sobre a escola cívico-militar, para que a gente possa construir com a sociedade, com os professores, com pais e mães desses alunos. Eu sei que na Restinga têm pais que estão sedentos de uma escola cívico-

militar. Mas nós não podemos deixar na mão de meia dúzia, porque a comunidade escolar é muito maior do que dois, três professores ou diretores que dizem que não gostam da escola cívico-militar. Para esta audiência pública todos os vereadores estão convidados. Protocolei junto à Mesa Diretora, vamos procurar uma data que seja mais perto, antes do final do ano, todos estão convidados, assim como todas as entidades estarão convidadas para virem aqui debater em alto nível, com muita robustez, com muita qualificação, com muito conteúdo, porque no grito ninguém ganha nada. Aliás, quem tem pauta, quem tem trabalho não precisa de grito. A gente precisa botar o bloco na rua, porque Porto Alegre tem pressa. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Idenir Cecchim, na presidência dos trabalhos; demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste. Venho aqui falar, Presidente, de um projeto que eu protocolei, alguns dias atrás, e fui surpreendido, porque protocolei o projeto por achar importante, mas passaram alguns dias e me disseram que já existia um projeto protocolado, de autoria do Ver. Claudio Janta, com o mesmo teor. Ver. Claudio Janta, quero dizer que vou somar esforços com V. Exa. para que a gente possa aprovar o seu projeto, trazer para a discussão nesta Casa. O projeto, Ver. Idenir Cecchim, trata da liberação de bebidas alcólicas nos estádios de futebol. Por que cheguei à conclusão, Ver. Claudio Janta, de que temos que discutir e aprovar a volta das bebidas alcólicas nos estádios? Eu fui o autor da lei e, junto com os vereadores, aprovamos a volta da torcida aos estádios de futebol. Aproveitei, já que estava com bastante saudades do futebol, para ir ao jogo do Sport Club Internacional e, quando a gente está no estádio, a gente começa a observar as coisas que acontecem. Muitas vezes, a gente acaba discutindo e votando os projetos sem ter a vivência do que acontece no dia a dia. Estudamos, lemos, mas, quando se vai lá a gente vê o que está acontecendo, principalmente neste momento de pandemia, de aglomeração, o que acontece no entorno dos estádios. Muitos cuidados os clubes estão tomando, cercando o entorno do estádio – tu tens que entrar, apresentar declaração. A pessoa que gosta de tomar uma cerveja fica fora daquela área, nos bares, tomando cerveja até 10, 15 minutos antes do jogo; depois sai todo mundo correndo porque tem que tomar a cerveja fora do estádio, comprando ali do ambulante que vende, enquanto poderia já ter entrado no estádio, passado por tudo, entrar uma, duas horas antes, se acomodar, beber socialmente sua cerveja dentro do estádio, sua bebida, e durante o jogo – a minha ideia é que, durante o jogo, Ver. Claudio Janta, pare de se vender. Em vez de ficar aglomerado fora do estádio, bebendo, a pessoa entra no estádio, bebe uma ou duas cervejas antes de começar o jogo; quando começar o jogo, param de vender, e a pessoa senta, assiste ao jogo; na hora do intervalo, vai lá, toma mais uma ou duas cervejas, e depois suspendem a venda. No final do jogo, a torcida sai e quem quiser vai a um bar, mas que possa

entrar no estádio com mais antecedência, porque hoje, o que está acontecendo é que muitas pessoas ficam fora do estádio, bebendo até 5 ou 10 minutos antes, depois é aquela correria, todo mundo querendo entrar no estádio de futebol. Então, sou favorável a que se retorne – antigamente podia. Hoje há total controle nos estádios; a gente vê a torcida cumprindo todas as regras sanitárias, a grande maioria das pessoas tomando cuidado, usando máscara, com álcool em gel na entrada; os clubes pedindo para a pessoa apresentar o documento, se estiver vacinada, bem como o de identidade. Então, os estádios de futebol, hoje, estão muito bem organizados. As pessoas que trabalham dentro do estádio estão controlando para que as pessoas mantenham a distância na hora de sentar. Então, hoje, os estádios de futebol estão com uma organização muito boa, e eu acho que a torcida, que vai ao estádio, merece a confiança que vai tomar sua bebida socialmente dentro do estádio, acompanhar o espetáculo, o *show*, e que a gente possa, mais uma vez, melhorar ainda mais a qualidade dos nossos eventos na cidade de Porto Alegre. Sou favorável, Ver. Claudio Janta, ao seu projeto, vou me somar a V. Exa., para que a gente possa trazer essa discussão para o plenário, e, com certeza, aprovar este projeto importante, porque é até mais uma forma de renda para que as pessoas possam trabalhar dentro do estádio, possam atender dentro dos bares de forma organizada, essas pessoas que gostam do futebol e de tomar sua cerveja. Então, sou favorável ao seu projeto, demorei muito para tomar essa decisão, mas quero elogiar o vereador e dizer que estaremos juntos, fazendo essa discussão. Então, quero ver este projeto em votação para que a gente possa votar e aprovar – tenho certeza de que as pessoas que vão aos estádios, que conhecem estádio de futebol, sabem que hoje os estádios estão preparados para isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer aqui o apoio do Ver. Mauro Pinheiro – o Ver. Moisés já fez sinal de positivo também – pelo direito de a pessoa estar lá, vendo um joguinho de futebol, podendo, como diz este projeto, tomar uma cervejinha antes, no bar, bem como no intervalo, comer alguma coisa. Isso ocorre em peças de teatro, em *shows*. Por que não pode ocorrer no futebol, que cada vez mais vem permitindo que as pessoas estejam lá, as famílias estejam lá, assistindo ao jogo de futebol? Este projeto já está pronto para ser votado – na próxima reunião de líderes nós vamos pedir a sua priorização. E, pelo que vimos, uma liderança como o senhor, o Moisés apoiando este projeto, nos dá a possibilidade de aprová-lo aqui nesta Casa.

Queria também fazer um apelo ao Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, ao secretário Cassio, para conversar com a secretária de Educação, a Janaina, porque ela fez uma orientação, da Secretaria, na educação infantil, para que o processo de crianças especiais, crianças portadoras de deficiência, principalmente as que são autistas... Hoje

a avaliação dessas crianças, a porta de chegada dessas crianças na rede de ensino é através do corpo escolar, é através das professoras, é através de quem tem o contato diário com essas crianças. E a Secretaria muda essa questão, passando para informação, dentro de uma plataforma da família, dos pais, das mães, informado se a criança tem autismo. A dificuldade – quero compartilhar com os pares – disso acontecer começa, primeiro, pela falta de diagnóstico, se uma criança é ou não autista. Então, um pai, uma mãe não tem como informar isso dentro de uma plataforma, porque precisam do diagnóstico. Chegando em escolas do nosso Município, conversando com professoras, com diretoras, a gente pergunta quantas crianças autistas há na escola. Dizem que tem duas ou três, mais umas sete ou oito sem o laudo. Se não tem o laudo, não é considerada autista. Quantas crianças têm na escola? Tem cinco ou seis, mas tenho mais umas 12 ou 14 sem laudo. Por isso a nossa insistência, e o secretário da Saúde, Mauro Sparta, o prefeito Sebastião Melo já deram *o.k.*, inclusive já existem até os locais para nós criarmos um centro de diagnóstico na cidade de Porto Alegre para informar também aos pares aqui e ao pessoal da Secretaria de Educação, seus técnicos. Quando a mãe recebe o laudo de que seu filho é autista, essa mãe, Ver.^a Comandante Nádia, vive um luto – espectro do autista -, essa é a reação constante que uma mãe que tem um filho autista sofre, ela vive um luto por dois, três anos, ela se sente enlutada, ela se sente perdida, tudo aquilo que ela sonhou, ela olha aquela criança maravilhosa, linda, bela, que ela, quando estava na sua barriga, acariciando, imaginava, e essa criança tem o espectro do autista. Então, todo aquele sonho está na figura, mas não está aqui dentro. Então, a mãe vive esse luto! Então, não tem como a Secretaria, através de uma solicitação, através de um formulário, pedir que esse laudo seja feito com a família, isso é penalizar novamente essa família. Nós defendemos – hoje o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde exigem que esse laudo seja feito por um neurologista ou um psiquiatra – que há outros profissionais capacitados para dar esse laudo. Há a questão do autismo severo, percebido pela mãe já no momento da amamentação, no momento em que começa a dar os primeiros passos, no momento em que pega o primeiro brinquedo, mas, por lei, tem que ser feito por um neurologista ou psiquiatra. Então, imaginem uma família que tem um filho com algum espectro, algum problema de deficiência intelectual – essa família vai informar, mas não terá o laudo –, é isso que eu quero que a secretária entenda, que os técnicos da Secretaria de Educação entendam. O que permite essa família ter acesso às terapias, a um auxiliar dentro da sala, é o laudo. Por isso o prefeito Melo, o secretário Sparta, com essa sensibilidade, já estão entregando, em seguida, para a cidade de Porto Alegre, um centro de diagnóstico para o autismo. Agora, o professor é que tem esse acompanhamento; o professor é que tem esse dia a dia com essa criança, dentro da sala de aula, é o professor que tem a convivência com essa mãe, que sabe as necessidades dessa criança, que não vem somente acompanhada do autismo – geralmente ela vem acompanhada com uma outra dificuldade, uma outra deficiência, ou uma alergia alimentar ou uma dificuldade de comunicação, de interação. Então, o professor é a pessoa mais confiável, hoje, que o Município de Porto Alegre e o Estado podem ter para diagnosticar, juntamente com o médico, a necessidade dessa criança. O professor é que sabe se essa criança pode ter evolução dentro da classe, com atividade extracurricular;

então, nós não podemos abrir mão do professor, nós não podemos abrir mão do caráter do professor de conhecer esse aluno, conviver com ele – muitas vezes esse aluno entra na escola lá na educação infantil, segue até a 9ª série, e ali há pessoas que convivem com essa criança desde a sua entrada. Então, nós fizemos um apelo aqui ao líder do governo, ao secretário Cassio, à Ver.^a Mônica, pedimos uma reunião com a secretária Janaina para rever essa orientação para que as famílias, através do portal da Secretaria, façam o preenchimento desse formulário. Nós não podemos abrir mão de nenhum técnico, e o professor, neste momento, se transforma num técnico, que lida com as crianças autistas na nossa cidade. Nós não podemos abrir mão da questão do diagnóstico – volto a insistir; por isso a Prefeitura de Porto Alegre, através do prefeito Sebastião Melo, do secretário Mauro Sparta, está abrindo um centro de diagnóstico do autismo para facilitar a vida dessas mães, para facilitar o acesso dessas crianças, não somente à escola, mas às políticas públicas, nas demais áreas do governo que exigem o laudo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Cecchim, amigos e amigas vereadores e vereadoras de Porto Alegre, a todos que nos assistem, nossa saudação fraterna. Eu li hoje um texto, escrito pelo vereador e amigo Ramiro Rosário, no Jornal do Comércio – quero cumprimentá-lo por tratar do tema – no qual o Ver. Ramiro apresenta, expõe e diz que agora a empresa que adquiriu a CEEE iniciará a substituição de fios dependurados nos postes da cidade, a cargo da CEEE, e que isso é graças à privatização. Quero registrar que a empresa está, nada mais, nada menos, do que, e é obrigada a isso, atendendo a uma lei de minha autoria, aprovada em 2018, levando mais de um ano para ser regulamentada, em 2019, que determina a obrigatoriedade da retirada de fios e cabos, dependurados nas redes de postes da nossa cidade. Então, na verdade, além da empresa que vai começar a retirada desses fios, nós estamos apelando aqui, ao Executivo, que também cobre das outras empresas, de telefonia, da Net, de internet, cabos, fibra ótica, que se encontram por aí, de tudo quanto é jeito, dependurados nos postes, uns enrolados, outros amarrados, porque, historicamente, quando se substituiu, ou melhor, se colocou uma rede nova, as empresas não tiveram ou não se deram ao trabalho de retirar aqueles fios e cabos antigos que permaneceram por lá. Portanto, amigo Ramiro, quero, mais uma vez, cumprimentar pelo texto, que nada mais é e deve ser do que o cumprimento de uma lei que existe e está em pleno vigor em Porto Alegre, de minha autoria. E, mais uma vez, digo que até há pouco tempo fiz um pedido ao Executivo para saber como estava ou como anda a ideia da aplicação dessa lei no contexto total. É preciso cobrar iniciativas dessas empresas no sentido de retirar essa fiação que está tornando feia a nossa Porto Alegre. Obrigado pela atenção de todos. E registro que estou de máscara em casa sozinho,

porque fiz uma cirurgia na boca, estou ainda com alguns problemas. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM: Solicito ao diretor legislativo que proceda a chamada nominal a fim de entrarmos na Ordem do Dia.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h23min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Solicito que o diretor legislativo faça os apregoamentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do vereador Mauro Zacher, deferido pela presidência, solicitando o desarquivamento das seguintes proposições: PLCL nº 013/19, PLL nº 220/17 e PLL nº 254/17.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLL nº 127/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 127/20 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0789/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 017/21, que altera a al. *b* do inc. II do art. 3º e o § 5º do art. 20; inclui os incs. XXVIII, XXIX e XXX no *caput* e o § 3º no art. 21; revoga a al. *e* do inc. II do art. 2º, os arts. 45 a 48-B e as tabelas II e III, todos da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro

de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município. (SEI 118.00244/2021-07)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, da Mensagem Retificativa nº 01 e das Emendas nºs 01 e 02.

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- retiradas as Emendas nºs 01 e 02;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 25-10-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão PLCE nº 017/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, que preside a sessão e a Casa; vereadores e vereadoras; o projeto do Executivo nos remete a uma discussão importante e séria sobre que são, de fato, as funções de um Poder Executivo e como ele as exerce. Ao longo do tempo, o Ver. Mauro Pinheiro já me conhece há vários anos, tenho me manifestado contra as reduções de tributos – contra! Eu tenho a honra, por sinal, de em 1994 ter acabado com a isenção que havia do ISSQN para os bancos, os bancos eram isentos de pagar ISSQN até 1994. Aprovamos aqui por um voto e o prefeito Tarso Genro sancionou, ou era o Raul Pont, um dos dois. Então, o projeto de agora, que nós discutimos neste momento, peço a atenção dos vereadores e vereadoras para ele, por que? Número um, Ver. Oliboni, ele diminui bastante a arrecadação do ISSQN na área. E número dois, aí vem um trabalho importante do ex-vereador Alex Fraga, meu prezado Cassio, secretário e ex-vereador, que está sempre aqui conosco, nos dando alegria. O projeto abre mão da taxa de fiscalização, de localização e funcionamento, de fiscalização de anúncios, por quê? Por que isso? Qual é o sentido disso? Abre mão de receita, Ver. Pablo Melo, que eu sei que sempre se interessa por este tema: por que abrir mão de receita? Qual é o sentido? Não, como desonerar? Não, não, são empreendimentos. Como põe asfalto? Como paga o semáforo? Como paga a luz? Nós somos de oposição, para nós exigirmos do governo, acho que o governo tem que ter condições, e nós estamos dando condições. Se eu pudesse conseguir receita para o Município, novamente, como naquele caso do ISSQN dos bancos, Ver. Cecchim, eu faria todo o dia. Eu acho que o Município tem que ter recurso, recurso, recurso. Eu entendo a posição, mas, na discussão, esse é um tema sério, importante, na discussão honesta, responsável, eu acho que o Município não pode abrir mão dessa receita. Não há nenhum motivo de abrir mão dessa receita, não há nada que justifique isso. O Município vai ter o escritório de fiscalização, e vai fiscalizar o

quê? Vai fiscalizar o quê? Vejam bem, fiscalização se serviços diversos termina, localização e funcionamento, fiscalização de anúncios, fica só ambiental, que já existe, que é importante, mas não é só ela, tem que ter mais fiscalização. Agora, a desoneração pura e simples, daqui a pouco, todo setor vai se achar no direito de não pagar tributos. Os bancos Santander, Bradesco, na época, o Unibanco e o Banco Nacional daquele período, enfim, se achavam no direito de não pagar! Um dia desses falei com o próprio prefeito municipal, e ele me disse: “Olha nós temos cobrado na justiça dos que não pagam, estamos com uma receita”. O próprio prefeito me disse isso, uma receita de R\$ 135 milhões por ano, a Aiamu passou os dados para o prefeito, isso só dos tributos dos bancos. Imagina se não houvesse isso, querida Gabi, companheira de lutas, isso é dinheiro para cesta básica, isso é dinheiro para poder subsidiar tarifas, Ver. Moisés Barboza, isso é dinheiro para poder garantir a educação, ou seja, abrir mão de recursos, a renúncia fiscal é proibida. A renúncia fiscal é proibida! Nós temos aqui uma série de emendas, cuja a constitucionalidade... Nós estamos tratando de assunto sério, eu respeito essa divergência, nós temos uma divergência honesta, séria. Eu estou expondo o nosso ponto de vista contra a renúncia fiscal, contra a desoneração, contra a perda de receita para o Município, porque é do Município, Ver. Matheus Gomes, que nós temos que ações propositivas e temos que ter recursos para isso, precisam de recursos. Por que abrir mão para os empresários? “Ah mas são o pequeno, o médio e o micro” – não, não tem nada disso escrito aqui, não é nada disso, não são micro, pequeno e médio... Não, é para o empresariado em geral. Essa é a visão, como, aliás, a mesma visão do RecuperaPOA, é a visão em geral do Município. Por que abrir mão? Nós, reprovando este projeto, pensem bem nisso, estaremos ajudando Porto Alegre, inclusive, o próprio Executivo a governar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente Márcio Bins Ely; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; hoje estamos aqui para fazer justiça a um setor que foi o mais prejudicado desde o início da pandemia e continua até hoje, o setor de eventos. Se nós só falarmos em setor de eventos, sem detalharmos quem é que participa, a cadeia produtiva e econômica que participa do setor de eventos, parece que eventos é só festa. Não, não é. Eventos dão trabalho, dão emprego, dão renda para muita gente, e a sensibilidade do prefeito Melo de mandar este projeto para a Câmara para reduzir o imposto, para reduzir o ISS de 5 para 2%, tem que ser aplaudida. Respeitamos todas as opiniões em contrário, mas queria ler alguns dos setores que serão beneficiados por isso. Vou ler: exploração de salões de festas, centros de convenções, escritórios virtuais, estandes, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculo, parques de diversões, canchas e congêneres para a realização de eventos ou negócios de quaisquer natureza, exceto exploração de estádios para a realização de jogos esportivos,

cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, espetáculos teatrais, espetáculos circenses, programas de auditório, parques de diversões e centros de lazer e congêneres, show, balé, dança, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres, feiras, exposições, congressos e congêneres, corridas e competições de animais, competições esportivas ou destreza física ou intelectual, com ou sem participação de expectador, execução de música, produção mediante ou sem encomenda prévia de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, balé, danças, desfiles. Olha, quantos segmentos e quantas pessoas dependem de eventos. Imagina aqueles artistas que se apresentam, Ver. Cassiá, quantos artistas estão há dois anos sem poder ter uma renda? Quantas pequenas empresas participam da cadeia produtiva dos eventos? São enormes os prejuízos que tiveram, e nós queremos agora, com este projeto, dizer a Prefeitura está olhando para os artistas da cidade, para aqueles que dão suportes às apresentações, a Prefeitura está olhando para aqueles que trabalham desde de quem opera a iluminação, daquele que carrega a caixa, daquele que monta os andaimes, todos. Esses funcionários precisam de apoio, não é só a empresa, se dá o apoio para a empresa, a empresa tem mais condições de contratar. Neste momento, nós precisamos contratar, dar fôlego às empresas e depois pensar na arrecadação. Isso não é abrir mão de imposto, não. Isso é prestigiar quem trabalha e incentivar quem tem coragem de manter um setor tão importante e que conseguiram se manter nesses dois últimos anos. Esse setor merece todo o nosso apoio, merece atenção da Prefeitura, que está dando todo o apoio, começando por baixar o imposto e continuando com o apoio, para que esse setor consiga se recuperar porque é o último a ser atendido em função dessa pandemia danada que destruiu muitas pequenas empresas e, nesse setor, ainda mais. Se Deus quiser, vamos recuperar o setor de eventos de Porto Alegre e quiçá que se expanda para outras cidades, para que tenhamos esses empregos, esses artistas, principalmente os artistas que fazem o espetáculo, para que essas empresas possam, em vez de recolher impostos, dar esse incentivo para quem se apresenta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Vereador Márcio Bins Ely, Presidente desta Casa; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Volto nesta tribuna, no dia de hoje, porque este é um importante projeto encaminhado pelo Executivo, inclusive nós, vereadores, já fizemos um indicativo, que já foi aprovado por esta Casa, Ver. Ramiro, nesse sentido. Então não poderíamos deixar de vir aqui defender este projeto importante para a cidade. Às vezes, pode se fazer confusão, dizer que o governo está querendo ajudar os empresários, os grandes empresários. Na verdade, não é isso. O setor de eventos da cidade de Porto Alegre, e no Brasil inteiro, talvez tenha sido o setor que mais sofreu durante essa pandemia. Desde o primeiro dia, quando iniciou o processo da pandemia na cidade de Porto Alegre, essas casas fecharam e foram os

últimos a retornar. Quero dizer que não retornaram ainda da forma como era antes da pandemia, é um setor que sofre muito. Aqui no projeto, a gente vê que essa redução para 2% do Imposto sobre Serviços é para exploração de salão de festas, que até hoje não retornaram, muitos deles dependem de aluguéis para festas de 15 anos, de casamento, que tiveram uma dificuldade imensa durante essa pandemia, que continuam tendo porque o setor ainda não retornou. Aqui também vejo quadras esportivas, estádios, ginásios de futebol, auditórios, parques de diversões, são negócios que ficaram fechados durante toda a pandemia e muitos deles, inclusive, quebraram, Ver. Pedro Ruas, pela dificuldade de atendimento. São pequenos empreendedores que geram ainda muito emprego, principalmente, na classe operária. Um evento, mesmo um grande evento, um show que se faça numa cidade, gera muitos empregos de pessoas que muitas vezes moram lá na periferia e dependem daquele evento, que durante a pandemia ficaram sem poder trabalhar, sem ter dignidade de buscar o sustento da sua família. Reduzir essa taxa, reduzir os impostos, neste momento difícil, para que se possa retomar as atividades, culturais inclusive, na Cidade, porque se fala em auditório, shows, artistas que acaba reduzindo o custo para todos eles, gera uma arrecadação e recursos para aquelas pessoas que trabalham, o cara que carrega a luminária também depende desse evento. Se o cara que produz eventos não consegue sobreviver, também acaba não gerando emprego. Então eu vejo com outros olhos, não vejo grandes empresas: “Ah, vamos ajudar a maior empresa do Brasil, a maior empresa do mundo”. Não. São pequenos empreendedores que dependem desses eventos que, muitas vezes, outras cidades, outros estados já têm redução ou taxa menores, e esses eventos acabam indo para outras localidades e a cidade de Porto Alegre acaba perdendo esses eventos. Então é até uma questão de condições para que a gente possa concorrer com outros municípios, trazer esses eventos para Porto Alegre, que hoje tem uma vocação que não tinha antes, que é de turismo, através da nossa orla do Guaíba, estamos de frente para ela hoje, trazendo eventos para a orla, trazemos grande eventos para a cidade. Acho que é muito justo essa redução da alíquota do ISS para 2%, para que a gente possa ajudar um setor que sofreu muito na pandemia e continua sofrendo, que é o setor de eventos, das quadras esportivas, Ver. Gilson, que ficaram todo o período da pandemia sem poder trabalhar. Acho que nada mais justo que a gente possa incentivar a retomada dessas atividades na cidade de Porto Alegre. Parabéns ao governo por ter a sensibilidade de ver essa necessidade e apresentar um projeto que é a vontade, tenho certeza, da grande maioria dos vereadores em ajudar e de a gente conseguir aqui, através da discussão, convencer a todos os vereadores para aprovar este projeto por unanimidade nesta Casa, no dia de hoje, para que a gente possa ajudar setores que padeceram muito com a pandemia. Faço aqui um apelo a todos os vereadores que discutam conosco, os vereadores que já entenderam, para que a gente possa discutir aqui no plenário, porque muitas vezes, a gente vem na tribuna, faz uma fala, depois a discussão continua ali em baixo, no plenário, discutindo e chegando a um acordo. Acho que este é um projeto, Ver. Pedro Ruas, podemos discutir e chegar a um acordo e aprovar hoje, para que a gente possa ajudar a fomentar os empregos na cidade, principalmente, daquelas pessoas que passaram muita necessidade durante a pandemia. Então não sou líder do

governo, mas quero dizer, Ver. Idenir Cecchim, que neste projeto nós somos todos pela cidade de Porto Alegre, e diminuir a alíquota para 2% é um grande avanço para Porto Alegre. Meu grande abraço a todas as pessoas que sofreram muito durante a pandemia, dos eventos, das quadras esportivas. Tenho certeza de que hoje vamos aprovar e vamos mostrar a sensibilidade da Câmara de Vereadores a essas pessoas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir PLCE nº 017/21.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde a todos, colegas e quem nos assiste na TVCâmara. Quero falar sobre esse PLCE 017/21, dizer que entendo o que os colegas de oposição disseram aqui em relação à perda de receita, que Porto Alegre, obviamente, como qualquer outra cidade, precisa ter como pagar os seus serviços básicos, a sua zeladoria diária. Mas gostaria de dizer que, quando a gente estuda economia - eu posso não ser formada em economia, mas como boa liberal de origem, a gente busca se informar sobre a questão dos impostos, mais arrecadação, menos arrecadação -, quando se baixa um imposto, acaba muitas vezes arrecadando mais indiretamente porque as pessoas consomem mais. Enfim, uma máxima que a gente aprende é a seguinte: não existe receita se não existe a atividade, não existe o que arrecadar se o setor está morto, se o setor está estrangulado. Por isso que este projeto é tão importante, porque eu prefiro, entendo o Executivo, que a gente arrecade 2% sobre mil atividades de eventos a 5% sobre quase nada. Hoje é isso que a gente tem: 5% sobre quase nada. O setor está estrangulado, foi um dos setores mais afetado durante a pandemia, alguns desses passaram um ano e meio sem poder trabalhar, demitiram pessoas, se não tiverem esse alento, esse incentivo, podem nunca mais voltar a operar. A gente precisa reativar o setor, a gente precisa reanimar o setor de eventos, a gente precisa fazer com que este setor volte a ser pujante, e isso nós só vamos conseguir se tivermos essa redução de faixa de impostos para 2%. Por isso eu não tenho nenhuma dúvida em relação à importância desse projeto porque sempre será muito melhor arrecadar 2% sobre mil atividades do que 5% sobre nada. Minha fala é curta, mas bem incisiva sobre isso. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Márcio Bins Ely, caros colegas, é muito importante que a gente possa, na atividade política, fazer justiça. E aqui nós devemos fazer justiça também ao papel da Câmara de Vereadores nessa discussão. Nós tivemos aqui um projeto indicativo protocolado no dia 09 de março

deste ano, com sete medidas de apoio aos empreendedores. Um projeto indicativo que tramitou dentro da Casa, assinado por mim, pela Ver.^a Comandante Nádia, pela Ver.^a Fernanda Barth, pelo Ver. Alexandre Bobadra, pelo Ver. Mauro Pinheiro, pelo Ver. Hamilton Sossmeier e pelo Ver. Jessé Sangalli. O projeto indicativo nº 033/21, que teve a aprovação do seu relatório na CEFOR no dia 03 de maio. O processo foi para a Prefeitura, tivemos reuniões com a sociedade, foram realizadas *lives*, reuniões de debate sobre o tema com o Sindha, Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região, que lida diretamente com eventos, tivemos *lives* e reuniões com o Sindilojas, uma série de entidades. Foram 11 entidades que assinaram uma carta de apoio ao projeto indicativo nº 033/21, entre essas entidades também a Abrasel, associações comerciais como a do bairro Cidade Baixa, dos bairros Humaitá, Navegantes e uma série de outras entidades representativas do empresariado de Porto Alegre. E aí, nós tivemos, em 29 de julho, o anúncio feito pela Prefeitura, pelo governo municipal de que encaminharia esse projeto para a Câmara de Vereadores em atendimento ao projeto indicativo nº 033/21. Então é importante aqui a gente fazer a construção também do que aconteceu, de fato. A justiça e a Câmara de Vereadores também, como instituição que representa a sociedade porto-alegrense e o anseio de socorrer não apenas esse setor, mas uma série de outros setores que também foram atendidos pelo projeto indicativo nº 033/21. É até chover no molhado dizer o quanto foi prejudicado, danificado o setor de eventos por uma série de medidas de restrições. "Ah, Ramiro, mas tu fazias parte do governo que fez as restrições." Basta pesquisar, basta procurar e ver quantas foram as iniciativas públicas inclusive que fiz pedindo socorro a esse setor e outros e também propondo ao governo municipal que nós reduzíssemos as restrições sobre quem gera emprego e renda na nossa cidade. Então, a gente fica muito feliz com o encaminhamento do projeto hoje pelo governo municipal à Câmara de Vereadores. Obviamente votaremos favoravelmente a isso e na expectativa de que essa redução do ISS de um setor que, a bem da verdade nem estava recolhendo, porque não estava em funcionamento na sua plenitude, possa agora servir de incentivo e que fomente a geração de emprego e renda na nossa cidade. Eram essas as considerações e reforço aqui, obviamente, o nosso apoio ao projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, como disse a Ver.^a Fernanda Barth anteriormente, não existe receita sem atividade. O setor de eventos foi o primeiro a fechar e o último a reabrir. Então esse incentivo é fundamental para a retomada das atividades do setor de eventos da nossa cidade. E vamos aos números. As estimativas hoje indicam que a cadeia do setor de eventos já é responsável por 12,93% do PIB nacional, gerando o impacto de R\$ 936 bilhões na economia e 20 milhões de empregos em toda a cadeia do

setor. Já no Rio Grande do Sul, estima-se que esse mercado movimentava anualmente R\$ 2 bilhões e gere 500 mil empregos diretos e indiretos. Então, meus colegas vereadores e colegas vereadoras, tendo sido esse um dos setores mais afetados durante a pandemia, exatamente por ter sido o primeiro a fechar e o último a reabrir, por causa de episódios desnecessários de *lockdown*, feitos por gestões irresponsáveis, então o nosso governo fará justiça a esse setor e coloca esse projeto para a apreciação dos vereadores. Nós, da base aliada, sem dúvida nenhuma, somos a favor da retomada responsável das atividades econômicas em toda a nossa cidade, votaremos a favor desse projeto benéfico para o setor e para toda a economia da cidade. Uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Temos matéria a ser apregoada, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim. Apregoamos a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, ao PLCE nº 017/21. Por estar o projeto na Ordem do Dia, sob o art. 81, não há necessidade de votação de dispensa do envio às Comissões.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, diretor. A Ver.^a Coletivo Cuca Congo está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADORA COLETIVO CUCA CONGO (PCdoB): Boa tarde, vereadores e vereadoras e todos que nos assistem, fiz questão de vir a esta tribuna para dizer, inicialmente, que nós sempre tivemos preocupados e preocupadas com o setor da cultura em todo esse processo. Falo em nome da bancada do PCdoB, da bancada de oposição. Durante todo esse momento de pandemia em que vivemos várias foram as tentativas para que esse setor fosse subsidiado. Teve aqui uma discussão sobre a Lei Malu Viana. Tiveram aqui nesta Casa várias discussões para que o setor da cultura pudesse alcançar possibilidade de ter uma sobrevivência neste momento de pandemia. Porém, qual é a justificativa de, neste mesmo projeto que trata da redução do ISS, extinguir uma taxa municipal que corresponde ao montante de R\$ 5 milhões por ano aos cofres públicos? Isso é renúncia fiscal? Qual é a justificativa? Muitas vezes, aqui nesta Casa, se discutiu a necessidade de economia e se economizou com serviços públicos, se economizou retirando plano de carreira dos servidores e servidoras, fizeram vários discursos tratando da necessidade de ampliar receita e agora esse projeto que parece uma coisa, talvez pudéssemos chamar de Kinder Ovo ou de pegadinha, pois parece que trata de uma coisa, mas na verdade está tratando de outra. Está tratando de renúncia fiscal. Então é muito importante que isso seja dito aqui, porque eu vi vários vereadores e vereadoras falarem de uma parte do projeto, e dessa outra parte, da renúncia fiscal do

Município, qual é a justificativa? Então, eu quero trazer aqui, em nome do PCdoB, esse questionamento. Não é a preocupação com o setor cultural que é importante, com o setor de eventos, essa preocupação nós sempre tivemos. Agora, renúncia fiscal não é possível aceitar. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Colegas, Presidente Comandante Nádia, em exercício na tarde desta quarta-feira, bem-vindos os vereadores e as vereadoras que hoje assumiram seus mandatos. Eu utilizo esta tribuna porque, se tem algo que eu agradeço a Deus, é a minha memória. Eu lembro tão bem quando, no governo Marchezan, eu até procurei a mensagem e tenho aqui, devidamente salva, eu enviei uma mensagem para o prefeito no dia 12 de junho de 2020. Eu escrevi para ele: "Boa noite, prefeito. Um grupo de vereadores precisa falar com o senhor com urgência. O ideal seria amanhã. Fico no aguardo do seu retorno. " Depois eu entrei no grupo dos vereadores daquela legislatura e informei os meus colegas - aliás, como é de praxe, é do meu feitio, da minha personalidade, respeito com os meus colegas - que tinha feito isso e estava solicitando uma agenda com o prefeito Nelson Marchezan para que nós falássemos, como Câmara, como Legislativo, da importância desse setor de eventos, dos eventos pequenos, dos eventos médios, enfim, que não poderiam ser vistos como os mesmos eventos grandes. Assim como também eventos culturais, eu que fui secretária da Cultura sei muito bem que, quando um evento acontece no Município é a economia que se mexe, é o posto de gasolina que vende combustível, é o restaurante que vende comida, é o hotel que tem movimento, é o rapaz da água que está na esquina vendendo seu produto. Eu sei muito bem que é toda uma cadeia que se mexe quando há um evento. Eu, lá atrás, fiz isso. Procurei o prefeito, através de mensagens, estão todas aqui, procurei os meus colegas também, mas nada aconteceu. Nada aconteceu porque, na época, o prefeito Marchezan não recebia nem atendia vereadores que não eram do seu círculo de amizade ou aqueles, como o PP, que ele tinha riscado. E os meus colegas leram isso – eu tenho aqui também, mas eles montaram um grupo à parte e fizeram o projeto. Então, aqui na Câmara, de uns tempos para cá, existem painéis. Painéis que funcionam. Isso nunca houve e olha que eu estou no meu quarto mandato; é a primeira vez que acontece. Então, não venham nesta tribuna dizer que Fulano de Tal fez isso ou aquilo. Todos os vereadores foram procurados, preocupados com o setor de eventos, preocupados com o pequeno comércio. Eu chegava a dizer na imprensa: mas eu não entendo esses decretos, como é que um armazém vai ter movimento para contaminar pessoas e um hipermercado, que tem 80 pessoas, é que o vírus é seletivo, lá ele não entrava, mas no armazém ele pode entrar, ou numa loja, numa concessionária de carros importados. Então, a coisa foi muito malfeita desde o início, tanto pelo comandante dessa cidade, como por um grupo de vereadores que brindavam e que faziam uma

panela. Eu tenho tudo documentado, até porque eu fui comerciante, fui empresária por 15 anos, se tem uma área que eu domino é essa. Eu fui procurada por presidente, representantes de restaurantes, pequenos eventos, cultura. Mas naquela época nós éramos pessoas não gratas do prefeito Nelson Marchezan e nada podia ser feito, inclusive eu dizia para que as pessoas: olha, eu não posso ajudar, porque, neste momento, a Câmara é dividida em grupos; eu faço parte do grupo que está no governo, que elegeu o prefeito – sem o nosso apoio jamais ele teria se eleito, o que era o partido, se não fosse o PP tivesse feito o trabalho que fez, e o vice-prefeito estava lá. E se deu o que todo mundo sabe. Infelizmente nós não pudemos ajudar essas pessoas na época por esse ranço político. Então, é importante que se diga que tudo está documentado, desde o início, da tentativa de ajudar, tanto o comércio, como os eventos culturais, eventos festivos, e pequenos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Ver.^a Nádia, comandando os trabalhos; senhoras vereadoras, senhores vereadores, a esquerda realmente, muitas vezes, Ver.^a Mônica Leal, nos surpreende. Cansei de ouvir no ano passado aqui críticas porque esse pessoal estava morrendo de fome, porque esse pessoal estava passando dificuldades. E o primeiro orador, Ver. Pedro Ruas, criticando aqui quando a gente quer que o governo baixe impostos; baixar de 5% para 2%. Eu sou da época em que entrei aqui na Câmara de que a primeira crítica que se fazia à Prefeitura é a de que todos iam para a grande Porto Alegre porque o ISS era muito alto. A esquerda continua com esse discurso até hoje: renúncia fiscal. Em vez de dizer assim: “olha, estão baixando índice do imposto de 5% para 2%”, eles inventam uma tática pelo contrário da renúncia fiscal, Ver. Barboza, isso não convence mais. O cidadão está cheio de conta. Quando eu sentei ali – eu estava fora num encontro e cheguei rapidinho, deu tempo de eu chegar e ouvir o discurso do Ver. Pedro Ruas – é impressionante, eles não valorizam quando o cidadão é isentado, muitas vezes, ou diminuído o percentual de impostos; eles não se entregam é crítica por crítica. Eu fiquei pensado, olha, porque o prefeito vai baixar o índice, vai perder dinheiro? Não, gente, é para valorizar essas pessoas que passaram dificuldade, que vocês falavam aqui no ano passado. Os vereadores todos são testemunhas; tinha que ter uma bolsa disso, bolsa daquilo; auxílio daqui, auxílio dali para esse pessoal que – vocês concordam conosco – passaram imensa dificuldade na pandemia. Sem todos os eventos, sem desfile, sem nada. Como se diz na gíria popular: só a pão e água. E quando o governo baixa o imposto – isso vai trazer até a valorização desses profissionais, a competitividade, voltar o mercado, querer trabalhar no mercado e se autovalorizar. Então, é impressionante, a esquerda cria umas táticas ao inverso, ao contrário que, na realidade, pensam que vão enganar os outros. Não, eles querem taxaço de impostos, eles querem que permaneçam em 5%! Quando o prefeito,

com sensibilidade para ajudar esse pessoal que passou e ainda passa muita dificuldade, baixa de 5% para 2%. Isso também se chama e, às vezes, eles criticam muito aqui, Ver. Pablo, gestão. Quando tu começa a baixar impostos, começa a adequá-los na condição da prefeitura, isso e gestão também. Tu começa a devolver para a sociedade e eles não aceita, eles querem taxaço. Eles adoram impostos, a prova é que, quando o PT foi governo, os bancos encheram de dinheiro, taxa isso, taxa aquilo e beneficiavam os bancos. A esquerda sempre deu benefícios para os bancos. Então, vamos com calma. Se tiver qualquer problema para a frente, o próprio prefeito que virá futuramente vai criar um ambiente diferente, mas terá de passar pela Câmara. Essa é a vantagem da Câmara; ela aprova ou não. Agora, nó não podemos ser ingênuos e acreditar que eles vão aceitar passivamente baixar o imposto de 5% para 2%. Ah, eles não vão querer se entregar, Ver.^a Cláudia, porque eles querem entender que não pode, é renúncia fiscal. Renúncia fiscal não, é baixar os impostos. A sociedade – vocês mesmo criticam – está cheia de impostos. E é nesse sentido que o prefeito quer atuar. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Todos nós conhecemos as dificuldades do setor de eventos, que já se apresenta com a crise econômica que nós vivíamos antes da pandemia e que obviamente se agudizaram com a crise sanitária que nós vivemos no País. De fato, o setor que talvez seja o setor com mais dificuldades de conseguir se reconstituir frente a sua condição econômica. Mas é verdade que nós precisamos dizer que a inoperância do governo, desde o governo Marchezan, foi a ferida mais dura para esse setor. A inoperância do governo de conseguir apresentar medidas e ações concretas de proteção ao setor cultura, de proteção ao setor de eventos, sendo que toda a sociedade, mesmo as pessoas que não tenham conhecimento profundo sobre os impactos econômicos que estavam avizinados, era possível visualizar, de forma nítida, que o setor cultural seria o último a conseguir ter a sua recuperação e, portanto, era aquele que precisava de mais cuidado do poder público frente aos debates econômicos que nós tínhamos posto, inclusive pela sua condição de retorno econômico. A defesa da cultura, da proteção desses setores é algo fundamental e o poder público foi falho frente a isso. Mas eu queria dizer para vocês que o tema da renúncia fiscal aqui que se apresenta de várias maneiras no debate da Câmara, neste momento tem o setor de eventos, na verdade, Câmara como uma cortina de fumaças para poder apresentar, mais uma vez, uma agenda que beneficia os grandes. Eu sou obviamente parceira para defender a cultura, sou parceira para defender a retomada do setor cultural; porém, não contem comigo para nenhum tipo de trenzinho da alegria que beneficie os grandes da cidade.

Há algumas semanas, aprovamos aqui esta Casa a suspensão do aumento do IPTU. Faço aqui esse registro porque entre os 36 colegas, eu fui a única que votou

contra. E saiu uma pesquisa há três semanas mostrando quem foi beneficiado pela suspensão do aumento, e foram beneficiados majoritariamente os bairros, os setores, mais ricos da cidade: Vila Assunção, Sétimo Céu, Menino Deus, Três Figueiras, mais uma vez mostrando que o discurso da gestão do prefeito Sebastião Melo, que diz que é necessário apertar o cinto, que nós temos poucos recursos, que não é possível ter a valorização do serviço público, que não é possível manter uma empresa pública de transporte, que não tem dinheiro; isso serve para atacar o trabalhador, destruir o patrimônio público e arroxar a qualidade do serviço prestado à cidade. Mas na hora do RecuperaPoa, na hora de isentar uns e outros, que são os que mais têm, aqueles que menos precisam do poder público, o governo é um *poodle*, vai abrindo tudo. Isso é inaceitável. Eu não vou corroborar exatamente com isso que está posto. E, como se não bastasse, esse projeto contém uma emenda, se eu não me engano, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que apresenta uma medida de redução de 30% para o IPTU para esses setores. Essa é uma emenda escandalosa e que inclusive revela a natureza da intencionalidade do projeto que está posto. Portanto, votarei contrariamente a esse projeto, contrariamente também a essa emenda. E acredito, sim, que nós devemos ser sérios e apresentarmos um programa, uma política de recuperação do setor de eventos, uma política de incentivo à cultura. Inclusive hoje a Câmara de Vereadores na reunião da Mesa Diretora, reconsideramos o tema da Feira do Livro, em que a Câmara de Vereador vai aportar um valor mínimo. Foi o que foi possível debater na Mesa Diretora, um valor mínimo aportado na Feira do Livro. Então, vejam bem, em alguns momentos gente tem um discurso de austeridade sobre o setor cultural, desvalorizamos aquilo que é caro à cidade, aquilo que faz parte da centralidade da nossa cultura e, quando é para beneficiar os grandes, a gente vai afrouxando tudo. Eu não sou parceria para isso, não contem comigo para isso. Contem comigo o para debate sério em defesa da cultura, de incentivo à cultura na cidade, agora, para beneficiar somente os ricos, realmente, com este voto aqui não contarão.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores, público que nos assiste. Justiça está sendo feita. O setor de eventos foi o primeiro a fechar por conta da pandemia e hoje, ainda timidamente, está reabrindo as suas portas. Sabemos que são pequenos, médios empresários que por muito tempo ficaram se poder trabalhar. O pessoal do fecha tudo, agora chega aqui e diz que é uma renúncia fiscal. Só que esquecem que são exatamente os empresários inclusive do setor de eventos que dão emprego para as pessoas. A fome mata; falta de emprego, sem dinheiro mata também. É engraçado ver vereadores

subirem aqui falarem de renúncia fiscal, trenzinho da alegria, não; o prefeito Melo e o vice-prefeito Ricardo Gomes estão fazendo justiça. Justiça por quanto tempo ficou o setor de eventos fechado, exatamente quando aqueles gritavam para fechar. Hoje nós precisamos ter um pouco mais de acalento para essas pessoas, a diminuição do ISS faz com que eles possam, efetivamente, voltar ao trabalho. Exatamente aquelas pessoas que mais precisam, porque o setor de eventos tem, entre eles, garçons, manobristas, cozinheiras, feiras pequenas, artesanatos, são tantas coisas no setor de eventos, porque, às vezes, quem fala em eventos acredita que seja um grande evento. Estamos falando também dos pequenos e, principalmente, daquele setor de evento que eu muito ajudei. Aliás, muitos falam do setor de eventos, mas poucos ajudaram. Eu me lembro de que, num sábado de muito calor, me vesti de noiva e fui para a rua, lá para a Mostardeiros com a **Goethe** arrecadar alimentos e dinheiro para quem mais precisava. Fiz com muito prazer, aliás não fiquei de mimimi, falando, falando, falando. Fui e agi, a gente precisa de ações afirmativas, quando nós temos um problema. Não ficar falando mal das coisas, daquelas pessoas, principalmente do prefeito e do vice-prefeito, que estão dando uma mão para auxiliar aqueles que pouco fizeram nesse tempo de pandemia por decretos, por obrigatoriedade. O setor de eventos, que eu conheço muito bem, é de pessoas trabalhadoras que reúnem do mais humilde às pessoas que têm mais condições. Todos, naquele momento, ficaram muito ruins na questão dos seus trabalhos. Mas não vi, infelizmente, alguns que vem falar do setor de eventos fazerem algo produtivo para o setor de eventos. Neste momento, vamos fazer uma justiça, ajudar, dar a mão para o setor de eventos que muito padeceu. Essa redução, esse incentivo para o setor de eventos, na diminuição do ISS, é o que mais nós devemos fazer nessa Casa Legislativa. Já vi que alguns vereadores não votarão com esse projeto, mas fiquem atentos, pois essas pessoas que dirão não para esse incentivo são as pessoas que, normalmente, vocês dizem que os protegem. Então, nesse momento, eu faço um apelo a todos os vereadores da Casa, para que gente possa dar a mão ao setor de eventos, pois ele está precisando voltar à normalidade. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras e público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. O projeto de lei que o governo mandou para esta Casa e que nós estamos discutindo, neste momento, não se restringe apenas ao pessoal da cultura, como a maior parte das falas tem se dirigido. Eles se relacionam a outras questões muito mais amplas, como o telemarketing e grandes eventos. O governo manda uma mensagem retificativa para Casa, colocando esses grandes eventos de 50, 100 mil pessoas. Nós estamos apresentando uma emenda, porque senão fica muito confuso. Ninguém aqui quer votar contra os profissionais da área da cultura, ninguém quer votar, mas o governo

bota um jabuti que deixa difícil de a gente entender, muito menos o cidadão que está ouvindo, acompanhando a nossa sessão, cá para nós. Vamos falar o que é real, ninguém vai votar contra aqueles cidadãos que foram prejudicados em tempo de pandemia, principalmente os da cultura que foram os últimos a buscar recursos, inclusive por lei federal, a Lei **Rouanet**. O governo municipal, agora, recentemente, acabou buscando uma parceria que, na verdade, nem foi do Município, mas do Estado, para poder aportar recursos para os profissionais da cultura em Porto Alegre. Agora, está dizendo que, por 15 anos, os impostos são reduzidos de 5 para 2%. Concordamos para os pequenos eventos, para o pessoal da cultura, mas para esses grandes eventos, cá para nós. O Parque da Harmonia é de quem? Não é nosso, é terceirizado, ali vão sair grandes eventos. A orla do Guaíba é de quem? Terceirizada. Vai sair? Quem vai promover os grandes eventos? Esse projeto não pode ter direção para alguns, para os maiores, esquecendo os menores, ou botar junto com os maiores os pequenos profissionais. Vamos ter coerência! Nós, então, estamos apresentando uma emenda e queremos a gentileza, a colaboração dos colegas vereadores e vereadoras para contemplar, agora, então, os profissionais da cultura. Essa é a questão. Dentro dos profissionais da cultura, os promotores da cultura, dos eventos até uma limitação, caso contrário, não é para os pequenos, o senhor me desculpe; é para os grandes novamente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, renúncia fiscal se dá quando a gente vê cidades como Eldorado, cidades como Guaíba, Esteio, Sapucaia, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí levando as empresas de Porto Alegre, porque lá, muitas vezes, até tem isenção do ISS para as empresas irem para lá, levando emprego, aquecendo a economia, movimentando a economia, jogando mais recursos dentro da estrutura do Município. Isso é renúncia fiscal, é quando nós mandamos embora várias centrais de distribuição de várias empresas que hoje estão na região metropolitana, gerando milhares de emprego; é quando nós mandamos um vasto parque gráfico para fora da região de Porto Alegre, porque estão tendo isenções de impostos. Isso é renúncia fiscal, dinheiro deixou de estar em Porto Alegre e foi para lá. Quando tu propões uma coisa que eu vi em várias vezes ser proposta, na Câmara, que é a redução do imposto de circulação, aí tem critério de grande, de pequeno. Desculpa-me, um evento grande, vamos botar um Cirque du Soleil, um evento no anfiteatro do Pôr do Sol, um evento no Araújo Vianna, um evento na orla do Guaíba, esse evento movimenta muito dinheiro, exige muita estrutura, estrutura desde transporte, hospedagem, alimentação no entorno de todo esse evento. Pelo amor de Deus, dizer se é pequeno, médio ou grande, quando tu pegas um setor, tu não podes discriminar o pequeno, muito menos o médio e o grande. Por que todos trabalham em função desse evento. Nós mesmos aprovamos, nesta Casa, que qualquer evento nacional

ou internacional tem de ter a abertura de um artista local. Nós aprovamos a questão de ter obras de arte. Tudo isso é cultura, tudo isso é evento; não tem trem de alegria, não tem jabuti. O que tem é um setor econômico precisando de ajuda, um setor econômico que gera emprego, um setor econômico para o qual teríamos de ter uma cidade cinematográfica em Porto Alegre, era para nós darmos mais incentivos para gravar filmes, novelas, séries, seja o que for na nossa cidade, porque isso gera economia. Não é só o ator, o artista, o músico, mas sim tudo o que está por de trás disso, é uma cadeia imensa de geração de emprego, mas principalmente geração de renda. Aí nós, porque não discordamos por questões ideológicas, mas usamos o argumento de que não pode, como a vereadora disse "não, o IPTU beneficiou..." O IPTU beneficiou a todos, e foi um projeto que pautou as eleições, sendo que os candidatos que foram para o segundo turno, os dois, diziam que iriam mexer no IPTU. Agora, "porque não foi o meu governo, porque não foi da forma que eu penso, eu sou contrário". O que já foi dito por vários membros desta Casa, nós estamos debatendo esse setor que foi o primeiro a sofrer com a pandemia e é o que sofre até hoje. Quem for num teatro, quem for olhar um show, um espetáculo está vendo que é um setor que está remando, um setor que está com dificuldades de se recuperar, como vários outros setores, setores de restaurante; o próprio comércio do Centro da cidade, também, está com dificuldades de se recuperar. Aí nós, por questões ideológicas, achamos que estamos fazendo renúncia fiscal. Renúncia fiscal é quando a matriz dessas empresas, essas empresas de telemarketing, quando essas empresas de distribuição, uma série de empresas que já saíram de dentro de Porto Alegre, vão para a cidade vizinha, porque lá foram diminuídos seus impostos, muitas vezes até zerados, porque o gestor entende o que nós estamos entendendo. Tu mexes muito mais a economia, tu jogas muito mais dinheiro na economia, diminuindo os impostos, porque lá aumento o consumo, aumenta a vida pulsante de uma cidade, de um município. Então, nós encaminhamos pela aprovação deste projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde. Presidente, boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. É muito interessante a forma como foi levado esse debate, no dia de hoje, sobre esse projeto que visa trazer uma série de reduções de impostos sobre uma série de serviços. E o debate acaba se centrando no setor da cultura, aliás um setor que todos nós sabemos que foi o primeiro a parar, durante a pandemia, e está sendo o último a retornar nessa abertura lenta e gradual que nós estamos vendo na nossa cidade. Provavelmente, ainda teremos um bom tempo, para que as coisas se organizem nesse setor. Por isso, de fato, esse setor precisa de políticas públicas voltadas para toda uma categoria que passa por sérias dificuldades. Nisso, aparentemente, situação e oposição tem consenso. A nossa divergência, o ponto onde não estamos

vendo consenso é que este projeto traz várias jabuticabas ali que não estão claras para população. Parece que estamos votando um projeto, eminentemente, focado na cultura de incentivo a esta classe. Não é disso que se trata, e a prova de que nós da oposição, nós dos partidos de esquerda, do PT, do PCdoB e PSOL, lutamos a favor da cultura é que apresentamos uma emenda que mantém essa redução de impostos do ISS de 5 para 2%. Agora, as demais isenções, inclusive uma emenda que trouxe uma isenção focada no IPTU, chega a ser imoral nesse momento e favorece aos grandes. Por isso, não podemos votar favorável. Ao mesmo tempo, é bom que a gente lembre que a bancada de oposição, principalmente a bancada do Partido dos Trabalhadores, e nosso mandato trabalhou de forma muito firme com relação a isso, apresentou a Lei Malu Viana que tinha como objetivo uma renda básica para a categoria da cultura. Esse projeto não chegou nem a ser votado, e o recado, que veio por parte da base governista, era de que ele seria derrotado. Tivemos que fazer um acordo, para que um projeto da Prefeitura, vinculado ao governo do Estado, fosse apresentado em uma cota única. Saudável, e nós saudamos também essa iniciativa da Prefeitura, mas não é nem de perto o projeto Malu Viana que tínhamos apresentado e que garantiria uma renda básica para toda categoria da cultura da nossa capital. Dessa forma, nós mantemos o nosso compromisso, o do Partido dos Trabalhadores, assim como toda bancada de oposição, mantém o seu compromisso com a categoria da cultura, apresentando essa emenda que visa reduzir os impostos sobre os eventos e sobre o setor cultural, mas nós reforçamos que o restante de que trata este projeto de lei é muito discutível, muito provavelmente o foco seja exclusivamente os grandes, aqueles que provavelmente financiaram algumas campanhas e que têm interesses de se favorecerem neste momento de crise para aumentarem o seu capital, aumentarem o seu poder aquisitivo. Cultura, estamos juntos e votaremos a favor, e esperamos que a Câmara de Vereadores vote a favor da emenda que favorece o setor cultural. E no restante, colocamo-nos de forma contrária pela falta de transparência e pelo fato de abrirem mão de receita nesse momento de retorno das atividades econômicas, em que a própria Prefeitura, o poder público está se ressentindo da falta de receita. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde a todas e todos, Presidente Márcio Bins Ely. Quero dizer que eu concordo com o Ver. Leonel Radde, está muito estranho o debate que nós estamos presenciando aqui nesta tribuna ao longo desta tarde, porque, na verdade, o setor da cultura está sendo utilizado para uma série de manobras que a Prefeitura está tentando fazer para privilegiar grande empresários. E aí eu quero pegar especificamente a Mensagem Retificativa que foi enviada ao projeto e que inclui a diminuição de impostos para as empresas de *call center*. E gostaria que alguém da base governista viesse à tribuna e explicasse qual a relação do setor de *call*

center com a cultura na cidade de Porto Alegre. O trabalhador da cultura, precário, o músico que toca numa banda de samba, de pagode, todo final de semana, o ritmista de uma escola de samba, Presidente André, o músico que toca numa churrascaria, trabalhador da música, que conhece bem o setor de *call center*, porque tem um primo, tem um amigo, um irmão, um familiar que já teve que viver sob esse regime de superexploração, de desrespeito com empresas como o Santander, que teve uma lucratividade, agora, no terceiro trimestre de 2021, Ver. Pedro Ruas, de mais de R\$ 4 bilhões e 100 milhões no Brasil, mas pode ser beneficiado por este projeto que estamos votando aqui hoje. Porque todo mundo lembra que, no dia 4 de outubro, o prefeito Sebastião Melo foi ao encontro do presidente global do Santander, lá na Espanha, e falou que ia defender este projeto que estamos discutindo hoje aqui, de diminuição da taxa para uma empresa como essa, que, repito, no terceiro trimestre de 2021 teve uma lucratividade de mais de R\$ 4 bilhões e 100 milhões no Brasil, ou seja, não tem por que ter desoneração de imposto neste momento. Não tem motivo algum. E o prefeito Sebastião Melo foi lá prometer que ia baixar os impostos para essas empresas. E aí, colocou o setor da cultura no meio de tudo isso para fazer, aqui, demagogia na verdade. Essa é a grande questão que a gente está discutindo. Porque quando foi pautado aqui, no primeiro semestre, num momento de gravidade da crise econômica, de dificuldade que o setor da cultura estava vivenciando na cidade de Porto Alegre, a proposta do projeto Malu Viana, que concedia uma transferência de renda emergencial para esses trabalhadores, o governo se negou a discutir. Negou-se! E agora está dizendo que é a tábua de salvação para o setor da cultura.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Serei muito breve, vereador, para não atrapalhar V. Exa., mas quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, é perfeito. Porque, na verdade, fui muito criticado em função de ter colocado uma posição contrária ao projeto e sempre me argumentaram com a questão da cultura, que há uma emenda agora que vai deixar isso bem claro. Mas V. Exa. coloca perfeitamente o tema, que é a questão do *call center*. Essa é a questão, a questão das promessas no exterior, e é isso que está em jogo. A cultura é para inglês ver. Muito obrigado.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas. As empresas de *call center*, é importante a gente dizer, principalmente à população jovem, negra, à população LGBTQIA+ que ocupa esses postos de trabalho que têm uma rotatividade anual de mais ou menos 60%, ou seja, a maioria das pessoas que trabalham numa empresa de *call center* não consegue ficar mais de um ano trabalhando nessa empresa, que tem uma média salarial de cerca de um salário mínimo, onde os trabalhadores não têm sequer direito a uma hora de descanso para almoçar, são submetidas a metas desumanas, que geram problemas de saúde mental, têm os seus direitos trabalhistas como um todo desrespeitados, têm a sua liberdade de organização, de sindicalização completamente desrespeitada. Por que é que a Prefeitura, neste momento, está apresentando essa proposta e colocando como marionete nessa discussão

o setor da cultura e de eventos? Nós fazemos, aqui, um desafio para a Prefeitura: se é o setor da cultura, de verdade, que está em questão neste momento, que se retire esse componente da Mensagem Retificativa que fala sobre as empresas de *call center* e se coloque exclusivamente o setor cultural e de eventos. Essa é a questão que nós queremos colocar aqui neste momento. De fato, é um setor que precisa neste momento do nosso apoio, e que também não é homogêneo. Há diferenciações que devem ser feitas nesse contexto e nós podemos trabalhar nesse sentido sobre o projeto, porque é muito diferente a produtora que traz os grandes *shows* internacionais para a cidade de Porto Alegre daquele produtor de eventos que está lá ralando todo dia para fazer um evento numa escola de samba, para fazer um evento num pequeno estabelecimento. E nós não queremos tratar todo mundo como se fosse a mesma coisa; tem que diferenciar. Mas se a Prefeitura tiver disposição de colocar exclusivamente esse setor em debate, a gente vai mudar a nossa posição, vai apresentar outras questões para complexificar esse debate, para melhorar a discussão. Agora, isso que está sendo proposto aqui não tem cabimento nenhum. É imoral inclusive fazer esse tipo de manobra com um setor que sofreu tanto no último período para colocar aqui empresas de *call center*. Não tem nada que ver uma coisa com a outra e é por isso que neste momento a gente está contrário a este projeto, mas, reitero, fazemos um desafio: que se trate exclusivamente do setor cultural e de eventos aqui para que a ente possa ter uma política coerente para o retorno da atividade econômica na cidade de Porto Alegre, para o fortalecimento das condições de vida desses trabalhadores que precisam, e muito, de políticas públicas para se recuperarem, nesse contexto tão difícil. Era isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni e do Ver. Leonel Radde, ao PLCE nº 017/21. Não há necessidade de votação de requerimento de dispensa de envio da matéria às comissões porque o projeto está sob a égide do art. 81.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLCE nº 017/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha atentamente este debate. Sabem do que eu lembrei? O povo sabe, conhece a palavra "charlatão", mas é preciso explicar o significado. Charlatão é aquele milagreiro que está lá no meio da praça pública, figura antiga, histórica, da humanidade. O charlatão vai e vende uma pomadinha: "Passa essa pomada, vai curar!", "Vai curar o quê?", "Vai curar o câncer!". "Passa essa pomada, dá para curar cegueira!" "Essa pomada aqui, passa ela, compra, leva, não vai ter mais reumatismo!", "Bota essa pomada aqui no bolso que ela

vai chamar dinheiro! Vai chamar riqueza, prosperidade!" Esse é o charlatão nas praças públicas do mundo inteiro. E o discurso charlatão, o que é? "Isso aqui vai salvar!", "Agora nós vamos salvar o setor de eventos." Eles vêm aqui dizer: "Vamos salvar! Vamos junto!?" Não! Nós estamos aqui para restabelecer a verdade. A verdade é que se vocês quisessem mesmo investir em cultura, o Teatro Renascença não estava fechado até hoje. Vocês estão há dez meses no governo. O teatro Túlio Piva, na Cidade Baixa, está fechado. Usina do Gasômetro, essa vergonha de dinheiro que vocês botaram num lugar que nem era nosso, e vocês botaram e não querem assinar pedido de CPI aqui. Aí vêm dizer: "Ah, o dinheiro é para a cultura, as pessoas ficaram mal na cultura, não conseguiram investimento." Vocês foram autorizados, em março, o prefeito, a comprar vacina própria e ficou só esperando vir a vacina do Bolsonaro! Até agora não está todo mundo vacinado em Porto Alegre. Por que nós estamos usando máscaras neste plenário? Porque a vacinação poderia ter sido acelerada pelo governo e não foi, e aí vem dizer que agora tem que dar uma isenção para o setor, esse setor está sofrido... Vocês nunca olharam para esse setor! Vocês ficaram de braços cruzados e agora vocês querem fazer aquela coisa do parlapatão, que fica contando vantagens, fica dizendo que agora vai consertar a realidade. Pantomima! Essa é a construção que o governo faz. Não traz nada de novo, só enganação. Isso nós não vamos aceitar. Porque se vocês quisessem, realmente, produzir política pública nesta cidade, a Orquestra Villa Lobos não estava lá pedindo dinheiro, chegando com o chapéu e não recebe nada da educação, não recebe nada da cultura. E fomenta lá a cultura, fomenta desenvolvimento regional, fomenta a produção de conhecimento, mas está abandonada. Então, vocês não venham aqui dizer que vocês apoiam a cultura, o setor de eventos, os artistas. Os artistas mesmo que vocês tinham que apoiar é com o Porto Alegre em Cena, botando dinheiro; é com a descentralização da cultura, nos bairros, levando os artistas populares, os pequenos artistas que estão aí e não conseguem nem tocar nos bares, nos lugares. Vocês vêm me dizer que abrir mão de R\$ 5 milhões vai incentivar o setor de eventos? Se vocês tivessem, eu sei que vocês vão aprovar este projeto, vocês têm votos - o governo - para aprovar, esses R\$ 5 milhões na mão do governo, se fossem investidos de verdade na cultura gerariam R\$ 7,5 milhões. Aumentaria o dinheiro circulando no setor, porque essa é a média, um dos setores que mais constrói é o setor da cultura. Se tu colocas dinheiro, ele gera mais renda, gera mais emprego. Aí vai dar isenção para quem? Para o dono das grandes empresas, que vão trazer *macroshows*! Esse dinheiro o povão não vai ver! Não vai ver na Restinga! Não vai ver no Sarandi! Não vai ver na Lomba do Pinheiro! Vocês estão equivocados, mais uma vez. E eu lamento que vocês não conheçam o setor de cultura e eventos. Vocês estão abraçando os grandes, mais uma vez, e deixando de lado os pequenos. E, mais do que isso, as taxas, a Vigilância Sanitária, que está lá sucateada. De onde vocês acham que vão sair esses R\$ 5 milhões? É do serviço público, gente! Vocês vão ter menos saúde, vocês vão ter menos saneamento, menos educação, porque são menos R\$ 5 milhões no caixa da Prefeitura! Para começar por aí essa redução. Se fizer o cálculo direitinho, é muito mais dinheiro, mas R\$ 5 milhões é o mínimo que vai deixar de entrar. Vocês se equivocam por gosto, eu não sei quem vocês estão abraçando, mas o povo vocês não estão abraçando. O

secretário da cultura poderia... Não aproveem o projeto, entreguem, destinem esses R\$ 5 milhões para a cultura e vocês vão ver o que vai ser construído nessa cidade, quantos empregos. Vocês estão indo nos grandes, abrindo mão ao invés de fazerem política pública dentro das secretarias, da secretaria de desenvolvimento econômico. Vocês se equivocam por quê? É deliberado? É sem querer? Eu até posso entender que um vereador, sem querer, vote uma matéria, porque realmente são vários temas, agora o governo sabe o que está fazendo. Abrindo mão de recursos, sim, Cassiá, abrindo mão de dinheiro, sim! E depois tu vais levar o teu chapéu no Paço Municipal e pedir obra pública para as tuas comunidades! E vem aqui falar da esquerda! Recobre os sentidos, vereador! Recobre os sentidos e olhe para o seu passado, o passado do seu partido, o PP, e aí nós vamos conversar sério e vai ter muito problema aqui que o senhor vai ter dificuldade de resolver. Um grande abraço, obrigado, e eu sou contra essa ideia de isenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores, colegas vereadores, Presidente, telespectadores da TV Câmara, esse é um projeto importante, é um projeto muito bom. Embora eu tenha a formação na área jurídica, fiz metade da faculdade de administração de empresas, e uma coisa eu aprendi na administração: nós temos que pensar primeiro nas pessoas. Imaginem vocês a quantidade de gente que foi prejudicada com esse fecho tudo da esquerda. E agora é o momento para a gente fazer a nossa parte. Eu vejo, por exemplo, vereadores da oposição fazerem discursos aqui totalmente demagógicos, porque tem gente que faz o seguinte: quando a ideia é sua, é uma ideia maravilhosa, quando a ideia é de outro partido, essa ideia não presta. Então, através de subterfúgios e mecanismos nebulosos, tentam ludibriar a opinião pública e prejudicar quem quer que seja para ter o protagonismo. Isso eu não aceito! Eu sempre voto aqui pensando nas pessoas, pensando nos projetos, nas ideias, e esse projeto é muito bom. Milhares de pessoas foram prejudicadas durante a pandemia, e agora é o momento de a gente dar um *up*, de a gente levantar a nossa cidade. O meu voto vai ser favorável porque Porto Alegre não pode parar.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Presidente, nós estávamos discutindo inclusive da possibilidade de adiar essa votação ou ter um tempo para apresentar uma emenda, mas estava conversando com os colegas de sua inviabilidade, então solicito a retirada de tramitação da Emenda nº 04, aposta ao PLCE nº 017/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Alguma formalidade a ser observada, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, Presidente, como a emenda ainda não recebeu parecer, basta a solicitação da retirada e o senhor defere de plano.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está deferida a retirada de tramitação da Emenda nº 04, aposta ao PLCE nº 017/21.

Em votação o PLCE nº 017/21. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Márcio, senhoras vereadoras e senhores vereadores, quero perguntar ao vereador Oliboni se a emenda do vereador Leonel é aquela que mantém a alíquota por mais anos ou não? (Pausa.) A que restringe para a cultura. Foi retirada essa? Parabéns, vereador, acho que o senhor fez muito bem, porque essa já está garantida. Elogio o esforço da bancada, mas já está garantida no próprio projeto. Era isso que eu ia, mais ou menos, explicar, mas a bancada foi mais rápida e entendeu. Certamente, a cultura está junto com essas. Eu quero só explicar uma coisa do projeto que é muito importante: a questão dos *call centers* não tem nada que já não esteja atualmente. Esse imposto existe, está vencendo e nós precisamos manter esses empregos que temos em Porto Alegre. Só um *call center* ali na Av. Pernambuco tem mais de dois mil funcionários, e se nós retirarmos isso ou se não votarmos essa prorrogação, nós vamos jogar para a rua mais de dois mil funcionários numa empresa, numa só, e nós estamos precisando dar uma sinalização para esse setor que emprega muita gente: "Olha aqui, se vocês vierem para Porto Alegre por 15 anos, vocês vão manter o emprego, vocês vão criar emprego", não vamos tirar empregos. Então é isso, *call center* não foi um jabuti, não, foi feito justamente para isso, para manter quem está em Porto Alegre e quiçá, se Deus quiser, vamos trazer grandes empresas, bancos, todos que tiverem *call center* para Porto Alegre para gerar muitos empregos. Nós precisamos gerar empregos, assim como vamos fazer com esse projeto da cultura, vamos fazer também com os *call centers*. Porto Alegre está se abrindo para o desenvolvimento, mas principalmente, está se abrindo para a geração de empregos. Nós queremos que os porto-alegrenses tenham a oportunidade de ter membros da sua família empregados, quem sabe mais do que um, no próprio *call center*. Acho que isso é importante. O dia de hoje é importante. O projeto dos eventos está embutido, está junto com a cultura. Não se faz evento sem a cultura. Mesmo a Expointer, é um evento, mas tem algo mais gaúcho, mais tradicional do que se vê na Expointer? Não! Então vamos apoiar esse projeto, apoiar o substitutivo que inclui os *call centers* para manter os empregos, para valorizar quem trabalha e que gera emprego. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 017/21.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente Márcio Bins Ely, eu subo nesta tribuna contemplado pela fala do vereador Idenir Cecchim para lembrar os colegas que realmente, na questão dos *call centers* em Porto Alegre já vigora essa redução do ISS porque nós entendemos que às vezes é importante fazer um trabalho de redução para fomentar a geração de emprego e renda. Então aqui no encaminhamento, em nome da bancada do PSDB, é importante ressaltar o que o vereador Idenir Cecchim disse dos *call centers* que já vigora. Mas eu também subo aqui, e não gosto de subir aqui, vamos dizer assim, para pedir aos colegas para que maneiem um pouco nas falas para não serem levianos em alguns momentos. Foi dito nessa tribuna aqui e dirigindo ao governo anterior o chamado e o adjetivo de "governo irresponsável que fez *lockdown*". Isso não é verdade! Em primeiro lugar, que façam justiça e digam o seguinte: neste quesito talvez o governo Marchezan tenha sido responsável em excesso, mas irresponsável, não, eu não vou admitir isso. Em primeiro lugar, não foi feito *lockdown* em Porto Alegre, quem fala isso não conhece o que realmente é um *lockdown* tecnicamente. Eu não vou aceitar isso! E aí eu quero lembrar aqui aos líderes, inclusive o líder do governo Idenir Cecchim: eu nunca subi nesta tribuna para falar do governador Sartori quando era governador - porque o respeito, é um homem digno, trabalhador, fez o seu melhor -, mesmo tendo como candidato, Ver. Cecchim, o governador Eduardo Leite. Não subam aqui para dizer que o governo anterior é irresponsável ou que promoveu *lockdown*. Respeito é bom e a bancada do PSDB gosta. Vamos tratar a pauta que nos une e construir uma cidade para todos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 017/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Márcio, quero cumprimentar os colegas vereadores e deixar aqui a posição do Partido NOVO. Nós vemos com muitos bons olhos esse projeto do governo Municipal, não só pela questão de que defendemos sempre redução de impostos, sempre defendemos a extinção de taxas. Uma coisa que percebi neste debate é que teve muita atenção, vereador Cassiá, para a redução de impostos de eventos, e falou-se muito pouco sobre a extinção da taxa de localização, funcionamento e licenciamento, pois essa atinge a todos, especialmente os mais pobres. Hoje um ambulante ou MEI que vai criar a sua empresa paga pelo menos R\$ 40,00, R\$ 50,00 só de taxas para poder começar a trabalhar, e obviamente, para ele pesa muito mais do que para uma grande empresa. As taxas - a TFLF que está sendo trabalhada nesse projeto - podem chegar até R\$ 4.000,00 para ter uma autorização do governo para poder começar a trabalhar e gerar emprego e renda. Ou seja, não faz sentido mais nós termos isso, especialmente neste momento de

pandemia que nós vivemos. Agora, com o avanço das vacinas, estamos tendo uma recuperação econômica, e que nós possamos ter, através deste projeto aprovado, uma sinalização muito positiva para que os empreendedores do micro, do pequeno, do individual, do autônomo, até mesmo do médio e do grande possam ter um incentivo a abrir o seu CNPJ, a se regularizar e a trabalhar para nossa cidade. Então é muito bem-vindo esse projeto. Fiz questão de retificar essa posição das taxas porque o debate foi muito centrado na redução de ISS para eventos, que eu também acho bem-vindo. Aliás, acho que deveríamos pensar, toda vez que temos condições orçamentárias, em propor mais e mais redução de alíquota para os diversos setores. Redução de alíquota é muito bem-vinda, sempre será muito bem-vinda, porque isso, obviamente, volta para o bolso das empresas, dos trabalhadores, da população, do consumo. Por isso também é muito importante que esta Câmara aprove hoje esse projeto. E aí deixo os cumprimentos ao Executivo municipal, à Fazenda do Município, que teve a sensibilidade e também aos vereadores que estão aqui defendendo essa proposição.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 017/2.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero ratificar aqui à bancada do PSDB, que tem vereadores brilhantes, tenho as minhas discordâncias que são do ponto de vista pessoal. A questão do abre e fecha da cidade, mas a bancada do PSDB, que fez um grande trabalho no governo anterior e faz neste também, tem o nosso respeito. É da democracia termos as nossas divergências pontuais, mas, no mais, somos a base aliada, fazemos um grande governo juntos. Fica essa ratificação, consideração e respeito à bancada do PSDB.

Em segundo lugar, para encaminhar, quanto a essa questão do projeto da redução do ISS, Ver. Oliboni, quero lhe dizer que a oposição tem que fazer uma avaliação do que não vence as eleições há tantos anos em Porto Alegre. Vocês falam tanto que têm dez vereadores na oposição, mas, em contrapartida, nós temos uma esmagadora maioria de vereadores que não são de esquerda. Quer dizer que Porto Alegre, há muitos anos, não vota na linha ideológica de vocês, ou não vota majoritariamente na linha de vocês, exatamente, pelas incoerências que vocês vêm cometendo durante anos aqui na nossa capital. E dou o exemplo, Ver. Matheus Gomes: a nível nacional, quem propôs a reforma da Previdência foi o ex-Presidente Lula, e nós replicamos aqui em Porto Alegre, como os estados e os municípios que vocês governam, vocês votam a favor de reforma na Previdência, mas, quando vocês são oposição, votam contra. Por outro lado, vocês são a favor de reformas, quando são governo. Estou falando em uma dentre tantas incoerências. Um projeto que é bom para o setor de eventos, que gera bilhões de reais, Presidente Márcio, na nossa economia, que vai, Ver. Cassio Trogildo, fortalecer e aquecer o setor econômico na nossa cidade, como foi bem dito aqui, Ver.^a Camila Nunes, que foi o primeiro setor a fechar e o último a

reabrir. Então, junto com esta Câmara, com a esmagadora maioria de vereadores, que são do mesmo campo ideológico, uns mais ao centro, outros mais à direita, enfim, que a população de Porto Alegre escolheu legitimamente e colocou na Câmara de Vereadores, e colocará esse projeto em aprovação. Por isso, encaminho o voto pelo meu partido, com o Ver. Idenir Cecchim e a Ver.^a Camila Nunes, pela aprovação da redução do ISS de 5% para 2% em nossa cidade. Boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 017/21, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; vereadoras, vereadores, o registro que faço, inicialmente, sei que nós não temos uma posição fechada na oposição. Esse é um dado importante de relatar, porque há projetos que nós temos posição fechada e há outros que não. Nesse projeto, nós não temos. Mas eu expus aqui, muito a nível pessoal e de vários outros vereadores e vereadoras, que nós não podemos compreender esse discurso da renúncia fiscal em favor de um suposto desenvolvimento, entre aspas, que sempre beneficia os mesmos. Vou lembrá-los que votamos, há pouco tempo, o RecuperaPOA. Vocês sabem que o Bradesco foi muito beneficiado pelo RecuperaPOA, o Ronaldinho Gaúcho também, grandes devedores de Porto Alegre. Nós queríamos e tentamos, por emenda, que o RecuperaPOA fosse para o micro, para o pequeno, para o médio empresário, mas não era essa a intenção do governo. Como agora também a questão da cultura foi colocada para "dourar a pílula". O que importa aí é esta questão do *call center*, que não precisa desse apoio, desse incentivo, não precisa, pelo contrário. Então, quando a gente busca ações sociais do Município "Ah, não há recursos. Não, para isso não tem recursos, não tem para aquilo, não tem". O Município não coloca recursos à disposição. Eu tenho, inclusive, um elogio a fazer ao pessoal da FASC, eu tenho trabalhado junto com eles, buscando em outros lugares parcerias, para aumentar o valor de R\$ 1,3 milhão, que é o valor limite máximo para a cesta básica. São 10 mil cestas básicas distribuídas em Porto Alegre, e precisa, segundo os dados da própria FASC, de 50 mil. E a FASC está se esforçando nisso. E o prefeito sabe e tem sido, inclusive, um incentivador de buscar esses recursos. Agora, por favor, por favor, quando há o momento exato, Ver.^a Laura Sito, em que o Município tem recursos, e que os setores estão se desenvolvendo, porque a economia está crescendo novamente, aí é a hora de abrir mão dos recursos? E fazer a renúncia fiscal? Abrindo mão de recursos orçamentários necessários, imprescindíveis? Então, tem que privatizar a Carris; tem que mudar o Previmpa; tem que tirar a Procempa do mercado; tem que beneficiar todo mundo com o RecuperaPOA, porque não tem recursos. Mas se não tem recursos, como abre mão sistematicamente? Como que produz a renúncia fiscal? Nesse sentido é estarrecedor verificar que as pessoas buscam uma coerência onde não tem! Não há projeto desenvolvimentista, não é isso. É um projeto de benefícios a setores, claramente, é isso, benefício a setores. E não é, não é, prestem bem

a atenção, Ver. Matheus Gomes, não vai aumentar uma única cesta básica. E esses valores poderiam ser para isso! Não vai aumentar nada. Quando se precisava de uma área, onde o MTST estava fazendo comida para os pobres, o Município não tinha nada para oferecer, nada! E disse que não tinha, e sustenta que não tinha e nunca tem para o social. Nós queremos dar recursos para o Município e queremos que o Município não perca os recursos, mas o Executivo insiste: "Não, mas tem que beneficiar tal setor; não, mas tem que isentar o outro setor; não, mas tem que ajudar financeiramente." Mas que Executivo é esse? É claro que a gente não está falando aqui desrespeitando posições contrárias, respeito. Agora, as pessoas vêm aqui, colocam de uma forma até ridícula, com todo o respeito. "Não, a esquerda não quer o desenvolvimento, não quer..." Conversa fiada, a esquerda não quer a renúncia fiscal, é isso. Não quer que o Município abra mão do seu dinheiro, que não é seu, é do povo de Porto Alegre! E se nós pudéssemos dar recursos para o governo Melo, mais e mais recursos, nós daríamos. Criaríamos situações onde cada vez mais o Município tivesse condições de desenvolver Porto Alegre com recursos próprios. Mas quem está abrindo mão desses recursos é, sistematicamente, o próprio Executivo! Nós não podemos aceitar. Respeitamos posições contrárias, não temos unanimidade na oposição neste tema, o que é natural e legítimo, não pensamos sempre, em todos os temas, da mesma maneira, mas eu queria expressar essa posição. Com todo respeito, trata-se, única e exclusivamente, de renúncia fiscal! Se fosse realmente, de fato, uma ideia de beneficiar o setor da Cultura. Existem "n" formas que teriam no nosso integral apoio, votaríamos sempre a favor. Nesse caso, encaminho voto contrário ao projeto. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 017/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Obrigado, Presidente. Se ouviu muito falar até agora aqui em renúncia fiscal, o Ver. Idenir Cecchim expôs bem a questão dos *call centers*, que nós estamos somente renovando algo que já existia, como se fez no sistema de transporte, quando vários membros desta Casa dizem que tem que dar dinheiro público para o sistema de transporte; que tem que ter pedágio; tem que sobretaxar os aplicativos; que tem que sobretaxar a folha de pagamento. Isso acham o normal, para o sistema de transporte. Agora, o sistema de *call centers* tem as suas dificuldades sobre as suas relações de trabalho, como vários setores da economia têm. Agora, não é por causa disso que nós vamos abrir mão de milhares de empregos. Nós vamos permitir que esses empregos, volto a falar, sobre um Centro de Distribuição, CD, em que hoje as grandes empresas atuam em Porto Alegre, que nós não mantivemos a isenção de impostos, como está sendo feita para os *call centers* e para todo o setor de entretenimento? Quando é tributário, ele pesa no bolso do pequeno, pesa no bolso do médio, pesa no bolso do autônomo, pesa no bolso de todo mundo. Os impostos vêm, nós trabalhamos até o dia 26 de julho para pagar os impostos, nós vivemos pagando

impostos. Então, quando a gente propõe uma redução de imposto, nós estamos sinalizando para o investidor, para a economia, para as pessoas que aqui vivem e moram, as que possam vir a querer, que a cidade está atrás de parceria. Parcerias que geram empregos, parceiras que permitem.

Volto a insistir, não vejo renúncia fiscal, eu vejo um projeto, como nós já aprovamos vários aqui na Câmara, diminuindo alíquotas de seguimentos e de setores, e nós estamos diminuindo alíquotas de segmentos e setores que, em vários países do mundo, é um dos setores que mais gera emprego e emprego bom. Bom, que eu digo, não é um emprego que polui, não é um emprego que traga agressão ao meio ambiente, é um emprego, como qualquer emprego. Agora, não existe, querem passar um voto de renúncia fiscal, serão impostos que nós não vamos arrecadar, porque essas empresas podem atravessar a ponte e se instalar nos municípios vizinhos, e lá, com certeza, irão pagar muito menos impostos; com certeza, terão ainda outros benefícios. Não é à toa que Eldorado do Sul tem um grande centro de distribuição de várias empresas, não é à toa que nós vemos outras cidades levando várias empresas, vários centros de distribuição e *call centers* para lá. Então, acredito que é um projeto que ajuda a gerar emprego na cidade de Porto Alegre; que fomenta a economia na Porto Alegre, por isso, o nosso partido encaminha pela aprovação do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 017/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Presidente. Gostaríamos de encaminhar voto contrário, pelo que já foi exposto nesta tribuna por mim, pelo Ver. Pedro Ruas e também por outros vereadores da oposição. O debate acerca deste projeto não passou pelo que, de fato, consta nas linhas dele. A gente viu uma tergiversação geral sobre qual era a temática, o objetivo da isenção, de que forma essa discussão vai impactar na atividade econômica, se falou em setor de cultura, entrou o tema do *call center*, agora, na parte final, os vereadores começaram a abordar essa questão ainda de maneira lateral, não explicaram por que nós devemos fazer uma isenção de impostos para uma empresa como o Santander – o prefeito Sebastião Melo reuniu-se, há três semanas, na Espanha, prometendo que faria aprovação deste projeto –, que teve um lucro líquido, na sua filial, aqui no Brasil, de mais de R\$ 4,1 bilhões. Nada disso foi explicado, então não há condição de a gente votar favoravelmente a essa proposta – foi aceita aqui a ideia da oposição se vincular exclusivamente para o setor de eventos. Um elemento importante, que lembrei há pouco ao Ver. Pedro Ruas, é que consta no despacho da Secretaria Municipal da Fazenda que essa Secretaria considera de fato que a Prefeitura está apresentando um projeto de renúncia fiscal. Está escrito aqui! Consideramos exercícios de 2022 a 2036 um período que extrapola e muito a atual legislatura, então é uma proposta perigosa para o desenvolvimento da cidade daqui a alguns anos, que não considera a possibilidade de novas conjunturas econômicas, de

modificações na realidade; um projeto que está sendo proposto para mais de uma década, é isso que a gente está discutindo aqui: um período de 15 anos, para o qual foi solicitada a desoneração do setor de eventos, o que é uma meia verdade, logo é uma meia mentira também, porque tem outros setores que estão envolvidos aqui neste projeto. A renúncia total de INSS é de R\$ 103.662.852,70; é disso que estamos falando, disso que a Prefeitura vai abrir mão ao longo desse período. Então, sim, é renúncia fiscal, é dinheiro do setor empresarial, dos grandes empresários que vai deixar de entrar nos cofres públicos para questões essenciais: para vagas da educação infantil que a Prefeitura poderia suprir, para o próprio setor de cultura, que é um debate que precisamos fazer. A Prefeitura de Porto Alegre, o Estado como um todo, nas suas diferentes estratificações – estadual, federal –, precisa ser um incentivador da cultura, a Lei Aldir Blanc mostrou isso agora, ao longo do último ano. Aqui, por exemplo, estamos falando de uma verba que poderia proporcionar a construção de obras públicas importantíssimas para o setor da cultura, como, por exemplo, o complexo cultural do Porto Seco, centros culturais descentralizados pela periferia, algo que faz falta – 80% dos equipamentos de cultura da cidade de Porto Alegre estão concentrados na região central, não dialogam com a realidade da periferia de Porto Alegre. Vamos abrir mão de tudo isso com uma política de renúncia fiscal, não tem outro nome, está escrito aqui, pela Secretaria da Fazenda, é isso que nós estamos votando; não é o que foi dito aqui ao longo do debate, que não aprofundou o conteúdo do projeto que foi proposto: é renúncia fiscal sem critérios. Esse é um elemento importante para a gente discutir também, porque essa política fiscal que não considera as diferentes posições entre um pequeno empreendedor, que faz seus eventos, e uma grande produtora internacional que atua na cidade de Porto Alegre... E nós estamos vendo diversas vindo para a nossa cidade, que bom que se façam esses eventos, mas que tenham tratamentos diferentes quando o assunto é imposto, essa é uma política justa. Aliás, a gente precisa discutir em nível nacional, mais impostos em nível nacional sendo cobrados sobre riquezas, sobre lucros, impostos municipais que a Prefeitura poderia estar cobrando neste momento, como IPTU progressivo sobre terrenos que estão sem função social, abandonados. Isso não se discute, mas mais desoneração, mais renúncia fiscal e menos investimento público, menos protagonismo da Prefeitura na resolução de questões estratégicas para a cidade de Porto Alegre é o que nós estamos vendo ser debatido aqui desde o projeto da reforma da previdência, passando pelo projeto que desestruturou a Procempa, a Carris, e agora mais essa proposta que não tem outro nome, é renúncia fiscal num valor de mais de R\$ 100 milhões para os próximos 15 anos. Isso é um absurdo, por isso vamos votar contra.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 017/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Presidente Márcio, as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores. Estamos chegando ao final, depois de bastante

debate, mas o que eu constatei aqui, pelas palavras do meu amigo Ruas, é que não houve consenso na esquerda, ou seja, o PSOL, o PCdoB e o PT não fecharam questão, e isso deixa bem claro que nem todos são radicais, tem alguns que mantêm certo equilíbrio e, naturalmente, entendem, até porque, lá atrás, no ano passado, eles criticavam que não havia auxílio para as categorias, para os artistas, e agora há uma possibilidade. Sempre com a desculpa que vai ser para os grandes, mas, não; vai ser para os grandes, mas o importante, Ruas, é que pegará os pequenos também, eles são maioria. É nesse caminho. Só ser contra, é fácil, eu ficaria aqui sempre. Por mais que eu não seja contrário todas as vezes, Ruas – quero dizer para ti, que foi deputado também – , eu, jamais, na minha vida de seis mandatos, nunca votei aumento de impostos, nem nesta Casa, nem na Assembleia Legislativa, independente de partido, porque entendo que aumento de impostos significa tirar emprego, tirar renda, automaticamente prejudica os mais pobres, que consomem muitos alimentos e pagam muitos impostos. Nesse aspecto, entendo que neste momento nós temos que ter coerência, temos que ter equilíbrio, sensibilidade. São categorias que estão aí. Nesta semana, no meu bairro, meu amigo, voltaram a fazer os desfiles. Foi sensacional, foi emocionante, pessoas pobres desfilarão, de várias idades, no bairro Teresópolis, foram lá para dentro pela necessidade, pelas dificuldades, e é impressionante, estão fazendo uma campanha para recuperar sua sede, porque eles querem ensaiar, treinar as crianças, as moças, os homens, os mais velhos, mais experientes, para fazer aquilo que é uma confraternização e criar autoestima. Esse é um exemplo, nós temos que incentivar.

Eu sou sabedor, quero aqui puxar um assunto que é importante, que a Prefeitura vai dar um valor, sem cobrar juros, para geração de emprego, para abertura de pequenas e microempresas. Isso é salutar, Ver. Camozzato, temos que incentivar as pessoas a não só pedir, mas também ter sua autoestima valorizada com uma profissão, estar cadastrado. Claro dá pena das pessoas que estão na rua, fora do mercado, como se diz, mas elas têm que ter uma profissão. A pessoa, com a carteirinha, poderá dizer que é um empresário, um microempresário, um médio empresário, vai crescendo. Isso é estimular a crescer com essa geração de emprego. Fico muito satisfeito, e tenho certeza que hoje nós vamos ter uma votação muito forte, muito grande a favor deste projeto, porque ele vem ao encontro dessas pessoas que passaram mais de ano sofrendo, não tendo, muitas vezes, o que comer e não tendo como fazer uma apresentação, não tendo como ir ao centro da cidade, muitas vezes, fazer uma apresentação – os que eu via estavam sempre pedindo esmolas.

Há um projeto de palco móvel que está entrando nesta Casa para aprovarmos, se Deus quiser, para valorizar esses artistas de rua, um palco móvel na Esquina Democrática, quando estiver bem organizado, na orla, para essas pessoas que precisam voltar ao mercado. Imaginem uma pessoa cantando na rua e vem o dono de um restaurante, uma pessoa da área de eventos, e diz: “Tu cantas tão bem, quero te dar uma oportunidade, tu vais lá e te apresenta amanhã na minha empresa que estás contratando”. É essa a valorização dessas pessoas que estão pedindo moedas do Centro e que a gente fica com pena; a gente tem que dar autoestima para elas. É nesse sentido que a gente tem que buscar, e esse projeto vem ao encontro disso. Eu até me surpreendo

e entendo porque as pessoas dizem que o governo vai perder dinheiro, mas não, não vai perder dinheiro: 2% pagam mais empresas do que cobrando 5% – essa é a contrapartida. Por que a Grande Porto Alegre liquidou com Porto Alegre nessa questão? Tem um centro industrial em Cachoeirinha, comércio em outra cidade, por quê? Porque conseguiram cobrar menos ISSQN do que a capital, e o pessoal vai para lá. Nós temos que valorizar, fazer geração de emprego, e eu tenho certeza que aqueles mais sensíveis, mais equilibrados vão entender: aquilo que nós reclamamos lá atrás, nós estamos agora contemplando para que eles voltem ao mercado, para terem autoestima e valorização. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas e pela Ver.^a Laura Sito, a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 017/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 24 votos **SIM** e 06 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADA a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 017/21.

Vereador Claudio Janta (SD): Pela geração de emprego e principalmente pela manutenção das empresas e dos empregos, votei “sim”.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a prorrogação dos trabalhos da presente sessão, nos termos regimentais.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A votação desse requerimento será feita após a conclusão da votação da proposição ora em apreciação.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03 ao PLCE nº 017/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 25 votos **SIM** e 06 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADA a Emenda nº 03 ao PLCE nº 017/21.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLCE nº 017/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 25 votos **SIM** e 06 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADO o PLCE nº 017/21.

Informo que o Ver. Idenir Cecchim retirou de tramitação seu requerimento solicitando a prorrogação dos trabalhos da presente sessão, nos termos regimentais.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h45min.)

* * * * *